UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Bruna Brasil Santana

O FENÔMENO CONTEMPORÂNEO DA *JIHAD* E O CONCEITO GUERRA IRREGULAR NO ATUAL CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

Belém – Pará

2013

Bruna Brasil Santana

O FENÔMENO CONTEMPORÂNEO DA *JIHAD* E O CONCEITO GUERRA IRREGULAR NO ATUAL CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado Acadêmico em Ciência Política, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientação:

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento

Belém – Pará

2013

Folha de Aprovação

Candidata: Bruna Brasil Santana

Dissertação defendida e aprovada em 18/04/2013 pela Banca Examinadora:

Prof. (a) Dr. Durbens Martins Nascimento – PPGCP – Orientador

Prof. (a) Dr. Alberto Luiz Teixeira da Silva – PPGCP

Prof.(a) Dr. Félix Ibarra Prieto - UNAMA

Prof. (a) Dr. Carlos Augusto de Souza – PPGCP (suplente)

Prof. (a) Dr. Carlos Augusto de Souza

Coordenador (a) do Programa de Pós- Graduação em Ciência Política

Dedicatória

Para meus pais, pelo seu esforço para que eu alcançasse mais esta vitória.

“A guerra é a continuação da política por outros meios”

Carl Von Clausewitz

Agradecimento

Gostaria de agradecer a Deus por mais esta conquista e por sempre abrir meus caminhos, à minha família pelo apoio, paciência e por sempre acreditarem em minha capacidade, por aguentarem pacientes os momentos de desespero e descrença e por me encorajar a seguir meus instintos e a me manter firme em minhas decisões acerca do tema dessa dissertação, mesmo quando todos os outros me diziam o contrário. Aos amigos que me deram força para manter a calma durante os momentos de adversidade que passei durante minha pesquisa.

Ao meu orientador Durbens Martins Nascimento e a todos os professores que me ajudaram no desenvolvimento deste trabalho: Prof. Dr. Alberto Teixeira da Silva e Prof. Dr. Fábio Abdala. A todos os professores e funcionários do PPGCP/UFPA por suas lições e ajuda de valor inestimável.

Um agradecimento especial à turma de 2011 do mestrado em Ciência Política da UFPA, pessoas maraavilhosas e que destinaram parte do seu tempo para aprimorar seus conhecimentos acadêmicos, graças a vocês cresci como pessoa e como cientista, mesmo com vários conflitos que possam ter havido, agradeço pelos ensinamentos de cada um de vocês. Um grande agradecimento a Rafael William, que sempre me ajudava com uma boa conversa e um “te acalma” e aos amigos do “BBB Residência das Palmeiras”: Marla Mesquita, Silvia Lovaglio, Gerbson Nascimento e João Augusto Santos, por terem me aturado durante vinte dias em Recife e por terem participado dessa maravilhosa experiência comigo.

Para todos vocês o meu muito obrigado!

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE

LISTA DE TABELAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE SIGLAS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....12

CAPÍTULO I: CONFLITO ISRAEL-PALESTINA.....**19**

1 POLÍTICA X RELIGIÃO.....20

1.1Judaísmo.....21

1.1.1 Sionismo.....22

1.2 Islamismo.....23

1.2.1 Fundamentalismo Islâmico.....25

2 A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL.....27

2.1 A questão Política e a criação do Estado de Israel.....30

2.2 Guerra de Independência.....33

2.3 Guerra dos Seis Dias.....34

2.4 Guerra do *Yom Kippur*.....35

3 A ORGANIZÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP).....36

CAPÍTULO II: TEORIAS DA GUERRA.....39

1 TEORIAS CLÁSSICAS DA GUERRA.....44

2 TEORIA DA GUERRA IRREGULAR.....48

2.1 Guerrilha.....52

2.2 Terrorismo.....54

3 *JIHAD*.....59

CAPÍTULO III: ANÁLISE DE CASOS.....64

1 O MUNDO NO SÉCULO XXI.....64

2 ESTUDO DE CASO.....66

2.1 Principais eventos ações irregulares ocorridas entre 2000 e 2010.....69

2.1.1 Intinfada - 2000.....69

2.1.2 Atentado à hotel em Natanya – março/2002.....70

2.1.3 Invasão Palestina à Faixa de Gaza – junho/2006.....71

2.1.4 Ataque à bases militares de Israel – junho-setembro/2007.....71

2.1.5 Atentado à civis israelenses na Cisjordânia – Agosto/2010.....72

2.2 Análise dos eventos.....72

CONCLUSÃO.....76

BIBLIOGRAFIA.....79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Poder bélico-militar do Estado de Israel (ano 2005)

Tabela 2: Características gerais da Guerra, Guerrilha e Terrorismo

Tabela 3: Comparativo do poder bélico-militar de Israel e Autoridade Palestina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa atual do Estado de Israel

Figura 2: Faixa de Gaza

LISTA DE SIGLAS

ANP: Autoridade Nacional Palestina

CAIR: Concil on American-Islamic Relations (Conselho de Relações Américo-Islâmicas – em tradução livre)

CIA: Central Inteligence Agency (Agência Central de Inteligência – em tradução livre)

ELP: Exército para a Libertação da Palestina

ETA: Pátria Basca e Liberdade

EUA: Estados Unidos da América

FARC: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FPLP: Frente Popular para a Libertação da Palestina

FPDLP: Frente Popular Democrática para a Libertação da Palestina

IRA: Exército Republicano Irlandês

MSA: Muslim Students Association (Associação dos Estudantes Muçulmanos – em tradução livre)

OLP: Organização para a Libertação da Palestina

ONU: Organizção das Nações Unidas

UNSCOP: United Nations Special Comitee of Paletina (Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina – em tradução livre)

URSS: União das Repúblicas Sociaislistas Soviéticas

RESUMO

Essa dissertação trata da relação existente entre o conceito de guerra irregular e o da *Jihad* moderna, analisando-os através do conflito existente entre o Estado de Israel e grupos *Jihadistas* palestinos. A Guerra Irregular é uma fronteira do conhecimento que somente recentemente está sendo explorada por pequisadores militares e civis, apesar de sua importância para os estudos de segurança e defesa nacional e internacional. Há uma escassa quantidade de trabalhos acadêmicos de civis, o que acaba limiando o tema à esfera militar. O objetivo principal deste trabalho é analisar, através de uma ótica civil-acadêmica, a relação entre a guerrilha e o terrorismo, que são tipos de Guerra Irregular, com as ações perpetradas por grupos comumente conhecidos como "fundamentalistas". Será feito um estudo acerca do conflito Israel-Palestina e das características históricas, culturas e políticas envolvidas neste impasse. Um rápido estudo de casos também foi desenvolvido, apontando uma série de ações irregulares ocorridas no conflito estudado nos período que compreende os anos de 2000 a 2010.

Palavras-Chaves: Guerra; Irregular; Israel; Palestina; *Jihad.*

ABSTRACT

This dissertation is about the relation between the concept of Irregular War and the modern *Jihad,* analyzing them by the conflict that exist between the State of Israel and the Palestinian's *jihadists.* The Irregular War is a knowledge border that only recently is been explored by military and civil researches, even though it´s importance for the studies of national and international security and defense. There is a lack academic works of civilians, which ends up by limiting the theme to the military sphere. The goal of this work is to analyze, by a civilian-academic view, the relation between guerrilla and terrorism, that are types of Irregular war, with the actions accomplished by groups that are known as "fundamentalist". It will be make a study about the Israel-Palestine conflict and historical, cultural and political characteristics involved on this impasse. A quick study of cases will also be developed, pointing a series of irregular actions happened on the study conflict at the period between the years of 2000 to 2010.

Key-words: War Irregular; Israel; Palestine; *Jihad*

INTRODUÇÃO

Muito se escreve sobre o conflito entre israelenses e palestinos, sobre o início dos desentendimentos entre os povos e as questões políticas e religiosas que envolvem o conflito. Com a chegada do novo milênio, o ataque ao World Trade Center e o início de guerras perpetradas por nações ocidentais contra Estados do Oriente Médio e grupos armados fundamentalistas, as atenções do mundo se voltaram para essa região e os estudos sobre terrorismo, fundamentalismo e *jihadismo* tornaram-se mais recorrentes.

A Guerra Irregular por sua vez, tem sido uma questão recorrente na história da humanidade, é um conceito amplo, porém que acredito ser pouco explorado por pesquisadores da guerra e da política, uma vez que este tipo de conflito envolve muito mais questões políticas do que simplesmente a violência gratuita que comumente ouvimos nos meios de comunicação.

No Brasil, especificamente, e nos países de língua português como um todo, pouco material existe sobre o tema da guerra irregular, acredito que, em grande parte, este tipo de conflito parecer distante da realidade nacional, algo do qual não estou de acordo, uma vez que demonstrarei durante o trabalho que este tipo de conflito não se resume somente a terrorismo ou guerrilha, mas também á guerra civil, revoltas e revoluções, nesse sentido creio ser importante o aprofundamento de um estudo que abarque este conflito e sua relação com a violência recorrente nas grandes cidade brasileiras, em especial nas favelas do Rio de Janeiro, que a meu ver, podem ser encaradas como guerrilha urbana e/ou guerra civil.

Também é importante destacar que poucos civis se debruçam sobre o tema da guerra irregular, tema que acredito ser de extrema importante para todos, e por isso resolvi desenvolver este trabalho como dissertação de mestrado, afim de abrir mais um caminho para que outros estudiosos possam se interessar por essa questão.

Diante de todas essas colocações, pretendo, com este trabalho, responder a seguinte pergunta: Em que medida o fenômeno contemporâneo da *Jihad* - sua concepção e práticas -surgidas no pós-Guerra Fria e presente no conflito Israel-Palestina, se relaciona com o conceito de Guerra Irregular? Isto é, meu principal obtivo é analisar as relações entre o fenômeno contemporâneo da *Jihad* e o conceito de Guerra Irregular, utilizando o caso do conflito Israel-Palestina.

Ao longo do trabalho será possível descobrir que a *Jihad* é uma ação que já perpetrada há séculos pela população muçulmana, contudo de uma forma diferenciada daquela que existe atualmente. O motivo de a chamar de fenômeno recente est[a relacionado ao fato de que somente nos últimos anos ela começou a de fato aparecer com uma nova roupagem, diferente daquela que de fato se considera *Jihad*. A mesma passou a ser utilizada como sinônimo de guerra santa e violência.

Em vista disso, este trabalho possui como um dos objetivos específicos entender o conceito de Guerra Irregular e *Jihad*, e analisar suas semelhanças. Alcançarei este objetivo através de um capítulo inteiramente teórico, onde será possível explicar e comparar as teorias acerca de ambos os temas, utilizando uma literatura específica, que incluem autores como Clausewitz (1977) e Heydte (1990).

E objetivos específicos:

- Entender o conceito de Guerra Irregular e *Jihad*, e analisar suas semelhanças;
- Analisar o conflito Israel-Palestina, dando maior ênfase aos dez primeiros anos do século XXI;
- Apontar exemplos de ações de cunho terrorista e/ou guerrilheiro ocorridos no período de 2000 a 2010 na região estudada.

Mesmo antes do ataque de 11 de Setembro já existiam estudiosos preocupados com estes temas, como Samuel Huntington (1996), que ficou mundialmente conhecido após publicar um artigo em que defendia a hipótese de que em breve os conflitos no mundo seriam motivados por desavenças culturais e religiosas. Sua importância surge devido ao teor inovador de seu trabalho, inclusive construindo novos conceitos, como o de Guerra de Linha de Fratura, que será posteriormente explicado ao longo desta dissertação (SILVA, 2003).

Autores como Cluterbuck (1977) e Heydte (1990) já se dedicavam ao estudo de conflitos irregulares ainda antes do surgimento da nomenclatura Guerra de Quarta Geração, o primeiro nos fornece uma visão mais militarista de guerrilha e terrorismo, uma vez que o mesmo é um general das forças armadas britânicas, enquanto o segundo tem sua obra datada da década de 1960, período em que ocorria a Guerra do Vietnã e um dos exemplos históricos mais clássicos de guerra irregular que podemos apontar,

parafraseado o próprio autor, sua obra diz respeito aos erros cometidos por exércitos regulares ao combater essas forças irregulares.

Outro importante estudioso que será bastante citado ao longo do trabalho é o general Alessandro Visacro, membro das forças especiais do exército brasileiro e que é autor do livro *Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história* (2009), obra que é uma excelente compilação de teorias e estudos sobre guerra irregular, além de apresentar enorme quantidade de citações, razões pelas quais achei importante utiliza-la. Além disso, a mesma foi a responsável pelo tema deste trabalho, pois foi através da leitura desse estudo que nasceu a ideia de realizar esta dissertação.

Para Carlan (2011), a obra de Visacro apresenta um quadro variado e original, e não se mantém preso a um estudo sobre guerras do século XIX ou sobre a II Guerra Mundial. O livro não se trata de uma "apologia à guerra", mas sim uma forma de melhor conhecer os novos conflitos internacionais, pois somente através de um estudo e de uma análise será possível evita-los (CARLAN, 2011).

> Portanto, trata-se de uma leitura obrigatória para todos os membros das Forças Armadas, estudantes das Escolas Militares, policiais federais, civis e militares, alunos e professores de História, Filosofia e Ciências Sociais, área de humanas de uma maneira geral. Para aqueles que buscam interpretações e informações sobre um tema polêmico, que coloca em risco o Estado Nacional como conhecemos (Ibidem).

Um dos autores clássicos de guerra regular que usarei é Carl Von Clausewitz (2010), teórico prussiano que escreveu sua obra *Da Guerra* no período entre os séculos XVIII e XIX e que teve grande impacto na política durante este período. Anatol Rapoport, que escreve o prefácio da obra em 2010 compara a obra de Clausewitz com clássicos da política como *O Príncipe* de Maquiavel, *Leviatã* de Hobbes, *Entendimento Humano* de Hume, *Riqueza das Nações* de Adam Smith e *O capital* de Marx, explicando que em todos esses livros, incluindo o de Clausewitz, "os autores procuram comunicar não só os conhecimentos que consideram essenciais como também a compreensão daquilo que lhes está subjacente; isto é, o entendimento de uma filosofia" (CLAUSEWITZ, 2010. p. XI - XII).

Na opinião de Passos (2005)

> Fundamentalmente, as formulações de Clausewitz chamam a atenção por sua definição sistemática, densa e complexa do fenômeno

> guerreiro e seu contingenciamento político, social e histórico. No seu dizer, a conjuntura da guerra passaria pela compreensão de uma conjuntura específica, diferente de outras guerras (...) (PASSOS, 2005).

O outro autor que utilizarei para tratar de guerra regular é Keneth Waltz (2004). Para Katzenstein (1996), Waltz é responsável por uma profunda influência sobre os estudos de segurança internacional, ao tratar da teoria estrutural, onde a situação do sistema internacional definiria e moldaria as possibilidades de cooperação e conflito entre os Estados. Gaspar (2008) acredita que

> Os textos de Kenneth Waltz são uma referência obrigatória nos estudos de Teoria das Relações Internacionais e a sua antologia é, naturalmente, um instrumento de trabalho indispensável. É também o retrato da melhor parte das reflexões de um investigador que marcou, decisivamente, a sua disciplina (GASPAR, 2008).

Com relação ao tema da *Jihad* utilizarei especialmente a obra de Gilles Kepel *Jihad – expansão e declínio do Islamismo*, estudioso francês do Oriente Médio que já lançou vários livros sobre a região e devido as suas pesquisas e conhecimentos, foi chamado de "islamólogo", por Osvaldo Coggiola (2007), além de ser o responsável pelo doutorado em mundo islâmico, da Universidade de Paris (KEPEL, 2003. p.6).

Para a análise historiográfica e religiosa do conflito, utilizei uma série de autores, tanto do mundo islâmico quanto do mundo judeu, afim de obter a visão de ambos os lados e evitar uma possível tendenciosidade para qualquer um dos dois.

É importante lembrar que este é um trabalho de ciência política, mas que devido a natureza do tema tratado, será necessário discorrer sobre temas como religião, história e cultura de ambas as religiões. Também é fato que há um grande envolvimento da disciplina Relações Internacional nesta dissertação, e que por esse motivo, creio ser necessário realizar um pequeno adento para explicar, de forma sintética, um pouco sobre esta área do conhecimento.

O estudo das Relações Internacionais (RI), como disciplina acadêmica separada das demais foi iniciado no período pós Primeira Guerra Mundial e surgiu como uma tentativa de pesquisar e entender as causas da guerra e da paz. E foi iniciado em países de primeiro mundo, como Estados Unidos e Inglaterra (HALLYDAY, 1999. p. 19-21).

Durante esse período inicial, as RI eram vistas como o estudo das relações políticas entre os Estados e seus respectivos governos, ficando de fora desse conceito

todas as relações que ocorriam fora da esfera estadual. Com o passar dos anos houve uma alteração no contexto internacional através da inserção de outros atores a esse sistema, tais como empresas multinacionais e organismos interestatais (DIAS, 2010. p. 4).

> Assim, podemos afirmar que o estudo das Relações Internacionais reflete a necessidade específica das sociedades compreenderem a realidade externa no processo de interação entre os diversos atores, acontecimentos e fenômenos da atualidade. Estão concentradas na interpretação dos fenômenos que extrapolam as fronteiras dos Estados (MARINHO, 2008. P. 15).

Nos Estados Unidos, as RI nasceram como um viés existente dentro da Ciência Política, possuindo um caráter eminentemente prático, isto é, foi a área foi pensada para resolver problemas concretos que existam entre os Estados, e não simplesmente para realizar deduções teóricas (GONÇALVES, 2002. p. 20).

Antônio Jorge Ramalho da Rocha, por sua vez, acredita que as RI são mais do que uma simples subárea existente dentro da Ciência Política, mas também não se trata de um campo "marcado por uma suposta confluência de saberes", enfrentando as mesmas dificuldades e características de outras disciplinas da área de ciências sociais (ROCHA, 2002. P. 58). O estudioso Eduardo Ortiz, ao estudar a relação existente entre RI e ciência política, afirma que "as relações internacionais são relações políticas. Elas envolvem, além da política exterior, todos os vínculos coletivos ou individuais que afetam a posição política de uma nação-Estado diante de outras Nações-Estado" (ORTIZ, 2004. p.9).

É possível, então, perceber a relação estreita existente entre Relações Internacionais e Ciência Política, que não mais é de dependência, mas de complementação.

Como uma disciplina que pode ser classificada como do âmbito da ciência social, as teorias de relações internacionais podem ser agrupadas nas seguintes categorias: histórico-descritiva, que procura relações factuais entre realidades passadas e presentes; científico-probabilística, que utiliza dados e métodos matemáticos para desenhar um futuro provável em vista dos dados que se possui; e especulativo-normativo, que utilizam o método dedutivo para demonstrar como a realidade deveria, ou poderia ser (DOUGHERTY, PFALTZGRAFF JR, 2003. p. 23).

As primeiras tentativas de se teorizar as relações internacionais datam de tempos remotos e estão contidas em escritos como o de Tucídides e sua obra *A Guerra do Peloponeso*, onde analisa a história deste conflito e do próprio sistema de relações entre as cidades estados gregas; *O Príncipe* de Maquiavel também é outra obra que faz uma reflexão sobre a diplomacia bizantina das cidades-estados italianas. Jean Bodin, por sua vez, acreditava que o monarca era o líder supremo dentro de seu Estado, porém todos eram iguais entre eles. Autores famosos da filosofia política, como Hobbes, Espinosa e Locke, assim como Bodin, acreditavam que estes soberanos seriam iguais entre si, porém não deslumbravam a possibilidade de uma organização de cunho internacional vir a organizar a relação entre eles, que seria de constante conflito (Ibidem. p. 11-15).

Com relação às abordagens modernas das Relações Internacionais, apontarei duas teorias, que considero as mais significativas para se entender o atual cenário desta disciplina, mas é importante notar que todas buscam explicar uma ampla variedade de fenômenos internacionais.

a) Teoria Idealista: tem como princípio considerar a guerra como ato irracional e surgiu no período entre guerras, acompanhada da proposta para estabelecimento de consensos políticos entre os Estados, propostos pelo presidente americano Woodrow Wilson, os chamado 14 Pontos de Wilson (DIAS, 2010. p. 21).

   O Idealismo se baseava nas teorias de Kant com relação a criação de uma Confederação de Estados que buscasse acabar com os conflitos entre seus membros. Sob essa ótica idealista, no pós-Primeira Guerra Mundial foi criada a Liga das Nações, organismo internacional que possui grandes semelhanças com a atual Organização das Nações Unidas (ONU) (Ibidem. p. 21).

b) Teoria Realista: Ocupou posição dominante nos estudos das relações internacionais desde o período pós-Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 80 e se caracteriza pelo pensamento de que o sistema internacional é anárquico, inexistindo uma autoridade central, obrigando os Estados a dependerem de seus próprios meios para garantirem sua sobrevivência, tornando a desconfiança uma constante (DOUGHERTY, PFALTZGRAFF JR, 2003. p. 19-81).

É importante esclarecer que este é um trabalho inédito, uma vez que desconheço qualquer estudioso que tenha tentado realizar uma conexão teórica entre guerra irregular

e jihad. Este é um trabalho teórico, mas creio que a inserção do exemplo que me proponho a estudar seja importante para a melhor absorção da explicação teórica.

A dissertação está dividida em três capítulos: Capítulo I: Conflito Israel-Palestina; Capítulo II: Teorias da Guerra e Capítulo III: Análise de casos.

A conclussão do trabalho foi que existe uma relação entre Jihad e Guerra Irregular, confirmando a hipótese proposta anteriormente, e que é possível que esses grupos *jihadistas* utilizem este tipo de conflito devido a algumas caraterísticas desta guerra, tais como a necessidade de poucas pessoas para perpetra-la; e a utilização, em muitos casos, de armas de fabricação caseira mas que possuem grande poder de destruição com ataques que provocam facilmente comoção entre a população. Além disso, o fato de Israel possuir um arsenal bélico-militar muito superior ao desses grupos também caracteriza este conflito como de cunho assimétrico.

Para se chegar a essa conclusão foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica primária e secundária, tendo sido esta última a mais utilizada. Um rápido estudo sobre alguns dos atentados ocorridos no período proposto (2000-2010) também foi feito, de modo a ajudar o leitor a visualizar a guerra irregular *Jihadista* no conflito.

CAPÍTULO I

CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

O entendimento que se tem do Oriente Médio, é de uma região devastada por conflitos étnico-religiosos, rica em petróleo e de pouca expressão política, no entanto, devemos ter conhecimento de que esta já foi uma das regiões mais importantes do mundo, em especial, durante o período Antes de Cristo[1], quando a mesma era rota comercial e produtora de outros insumos. Por volta de 1200 a.C., o povo egípcio dominava a região que hoje corresponde a Síria e a Palestina, que perderam suas posses para os Filisteus, porém essa área foi, posteriormente, de dominação judia, turca, árabe, cristã e de uma série de outras dinastias ao longo da história (SMITH, 2006. p. 15).

Visacro explicita que, diferentemente do imaginário que permeia a mente da maioria da população:

1- Não há um ódio histórico que contrapõem árabes e judeus;
2- Há setores, dos dois lados, que não têm interesse num acordo de paz, mas há outros que a buscam com afinco;
3- Nações da região – como a Síria, Iraque e Irã – assim como algumas potências estrangeiras – a Inglaterra, os EUA e a antiga URSS –, na obtusa defesa de seus interesses mais imediatos, foram responsáveis por um imbróglio que hoje é de difícil solução (VISACRO, 2009. p. 155).

Podemos perceber, então, que essa região já foi dominada por esses dois povos, o que, de certa forma, valida os direitos de ambos de quererem a posse da área. No entanto, além desse legado histórico, existe também um forte apelo religioso que circunda esse conflito, e o mesmo deve ser explicado para um melhor entendimento da disputa, que acabou transcendendo para uma questão religiosa-cultural, sem a qual é impossível entender os conceitos que darei no decorrer do trabalho, tais como a *Jihad*.

Ao final deste capítulo, será possível entender a historicidade do conflito, de modo a perceber sua complexidade e múltiplas facetas, além de se possuir um maior entendimento dos povos envolvidos e de suas respectivas culturas. Serão abordados

[1] Apesar de estarmos tratando de dois povos que realizam a contagem dos anos de maneira diferente, utilizaremos a metodologia ocidental, dividida em período Antes de Cristo (a.C.) e Depois de Cristo (d.C.)

também, de forma sucinta, os conflitos ocorridos durante e após a criação de do Estado de Israel, possibilitando uma melhor compreensão das relações políticas entre estes países e o mundo ocidental contemporâneo.

1 Política x Religião

1.1 Judaísmo

Três das maiores religiões mundiais compartilham a mesma história quanto ao seu surgimento, que se encontra no livro sagrado de ambas: judaísmo, islamismo e cristianismo. Segundo a crença, Abraão foi um dos primeiros homens que começaram a orar a um único Deus, em detrimento dos Ídolos que eram adorados em sua época. Teve dois filhos: Ismael, seu primogênito, filho da serva egípcia Hagar, e Isaac, filho de sua esposa Sara (CHEMERIS, 2002).

Conta-se que após o nascimento de Isaac, Sara com medo que Ismael viesse a tomar posse da herança que Abraão deixaria, pediu ao marido que abandonasse Hagar e seu filho no deserto, desejo atendido por ele, que não queria abalar a paz de sua família. É nesse momento que se forma o povo árabe e o judeu: Ismael e a mãe conseguem sobreviver amparados por Deus e formaram o povo do deserto (os árabes); Isaac, por sua vez, seguiu as tradições paternas e seus descendentes deram origem ao povo hebreu, ou judeu (Ibidem).

Para os judeus, Deus em pessoa teria falado com Abraão e prometido a ele e a seus descendentes uma terra sagrada (SPOHR, 2002). De acordo com o Pentateuco[2], Abraão, Isaque e Jacó são os patriarcas da religião de Israel, no entanto, Gunneweg discorda desta ideia ao explicitar que "nenhum povo é descendente de um único patriarca ou uma única família". (GUNNEWEG, 2005. p. 46).

Somente após a libertação dos hebreus do Egito, sob a liderança de Moisés, outro hebreu de nome Josué, guiou-os até o seu lugar de origem, a Terra Prometida de Israel (SPOHR, 2002).

Historicamente, o Reino de Israel surgiu em meados do século XI a.C., quando as 12 Tribos que formavam a nação judaica da época, se uniram e nomearam Saul

[2] Nome dado aos cinco primeiros livros que formam a bíblia cristã e que também estão presentes na Torá.

como seu rei, a cidade de Jerusalém somente foi conquistada anos depois pelo rei Davi, que fez dela o centro pan-israelita (GUNNEWEG, 2005. p. 139-186).

Israel permaneceu como um reinado judeu até por volta de 733 a.C., quando foi tomado pelo povo assírio. Posteriormente os judeus teriam sido deportados para outras regiões (GUNNEWEG, 2005. p. 139-186). Autores judeus como Shlomo Sand, não acreditam que essa deportação e exílio judeus tenham acontecido forçosamente, como nos conta a história vista pela ótica judia, não há, nos textos históricos ou nas descobertas arqueológicas, qualquer menção a uma suposta expulsão de judeus do país de Judá (SAND, 2011. p. 236).

Uma das maiores diásporas judaicas ocorreu posteriormente a Revolta de Bar Kochba (135d.C. a 135d.C.). Após quase dois séculos de domínio romano e de uma série de guerras, revoltas e desmandos perpetrados pelos líderes romanos, a situação tornou-se insustentável para os judeus quando o imperador da época quis reconstruir a cidade de Jerusalém com o nome de Aelia Capitolina e com um templo em homenagem a Júpiter, além da recém-instituída proibição da circuncisão pelos membros do império (GUNNEWEG, 2005. p. 302-303). De fato, após a implantação do cristianismo como religião oficial de Roma, o anti-semitismo enrijeceu-se dentro do império

> A atitude tolerante do paganismo cede lugar a uma política asperamente confessional, voltada para a afirmação forçada da religião de Estado; multiplicam-se as leis e as disposições tendentes a discriminar aqueles que professam outras confissões. Os hebreus são postos em condições de absoluta inferioridade jurídica e privados de todo o direito civil; e em tal status permanecerão durante toda a Idade Média e a Idade Moderna até a emancipação. O anti-semitismo assume, nesta época, um dos seus componentes ideológicos fundamentais: o componente religioso, fundado sobre a aversão à 'obstinação' hebraica de não reconhecer o advento do Messias e sobre a acusação de 'deicídio', que começa a ser dirigida aos hebreus (BOBBIO, *et al*,1995. p.40).

Diante das táticas utilizadas pelos rebeldes judeus, Júlio Severo, enviado para a região para pôr fim aos confrontos, conseguiu sitiar os revoltosos em cavernas até que os mesmos morressem de fome. Após essa derrota, Roma conseguiu a posse de Jerusalém e a transformou na cidade de Aelia Capitolina. A nova designação da província da Judéia agora era Palestina (GUNNEWEG, 2005. p. 302-303).

1.1.1 – O Sionismo

Por séculos os judeus foram perseguidos em vários países para onde emigraram, em especial na Europa. Esse anti-semitismo foi intensificado durante a Idade Média, quando não somente os próprios governos como também a igreja católica, que tinha uma grande força decisória, passaram a culpar o povo judaico pelas desgraças e infortúnios que ocorriam na época (CHEMERIS, 2002).

Diante dessa situação, surgiram grupos de judeus, em especial no século XIX, que apontavam diferentes formas de lidar com essas atitudes antissemitas: alguns optavam pela luta política-revolucionária dentro desses países; outros acreditavam que deveria haver uma luta semelhante, mas com um grande reagrupamento judaico; e por fim o grupo que repudiava todos os laços com o povo, o país e o Estado em que se encontravam e acreditavam na criação de uma pátria puramente judaica (RODINSON. 1968. p. 33).

Esse movimento de formação de uma pátria judaica foi intitulado de Sionismo. François Massoulié (1994) explicita que esse termo se refere à Sion, colina de Jerusalém onde foi construído o primeiro templo judeu e que simboliza a "Terra Prometida" Podemos, então, conceitualizar sionismo da seguinte forma:

> É um movimento nacional, cunhado na Europa Ocidental por judeus emancipados, para responder a uma problemática da sociedade capitalista e explicitada pelos judeus do Império Russo: [...] em crise, o Império Russo estimula a ideologia anti-semita [...]. Respondendo a esse anti-semitismo, apoiando-se no nacionalismo europeu, desenvolve-se o sionismo, que é fruto das contradições do capitalismo russo que destruíra as bases do regime (PINSKY, 1978. p.143).

O Primeiro Congresso Sionista aconteceu em 1897 em Basiléia, e foi fundado por Theodor Herzl, onde foi instituida a Organização Sionista Mundial, objetivando a criação de um Estado judeu na região Palestina. Herzl confiava na via diplomática para obter o pedaço do território que corresponderia a Israel, além dos sionistas contarem com o apoio das potências europeias, em especial da Grã Bretanha, que tinha interesse em expandir sua área de influência (CHEMERIS, 2002).

A ideologia sionista, aponta Avnery (1984), ainda domina todos os aspectos do regime atual de Israel. A mesma é "ensinada às crianças desde a mais tenra infância e em todas as escolas, e são utilizados, para sua difusão, todos os canais de

persuasão, públicos ou privados", pode-se definir este sionismo atual da seguinte maneira:

a) Os judeus do mundo inteiro constituem uma nação;

b) O Estado de Israel é um estado judeu destinado aos judeus do mundo inteiro.

c) A difusão dos judeus é provisória, mais cedo ou mais tarde, o seu destino será o de emigrarem para Israel;

d) Esta hipótese constitui a "razão de ser" do Estado; trata-se de uma virtualidade à qual se prendem todas as outras.

1.2 Islamismo

Para explicar de forma breve a presença árabe na região, é preciso fazer uma diferenciação entre uma série de conceitos que comumente se confundem nos discursos:

- *Árabe,* é uma palavra que define o povo originário da península arábica e que possui como uma característica principal a utilização da língua árabe;

- *Islã,* é uma religião monoteísta que segue o Al Corão e os ensinamentos do Profeta Maomé e acredita em Alá como Deus;

- *Muçulmano,* é o indivíduo que segue o islamismo;

A primeira menção ao povo árabe, de que se tem notícia, foi na literatura assírio-babilônica, no século IX a.C., onde eles eram designados pelo termo *Urbi*. Em 539 a.C. os persas passaram a denominar a região da Arábia com o nome de *Arabaya*, posteriormente, os habitantes dessa região passaram a ser chamados, em grego, de *Sarakênoi* (ou, aquele que vive em tendas), em latim a palavra é *Saracei* e originou o nome em português, *Sarracenos.* Devido a sua natureza nômade, em árabe seu nome permaneceu *al-´arab* (SOURDEL, 2011. p. 11).

Menos de três séculos depois da tomada de Israel pelos cristãos, os ensinamentos do profeta muçulmano Maomé e o aumento no número de seus seguidores fizeram com que o domínio romano-cristão sob a Palestina tivesse um fim. Acredita-se que Maomé (ou Mohamed, em árabe) tenha nascido por volta do de 570 d.C. na península Arábica e quando jovem viajava em caravanas, o que fez com que convivesse com cristãos e

judeus e que aprendesse bastante da cultura e da religiosidade de ambos os povos. Aos quarenta e seis anos fundou a religião islâmica, a qual difundiu por todo o mundo árabe. O Profeta, como é chamado pelos seus seguidores, morreu em 632 em Meca (BLAINEY. 2011. p. 91).

Essa religião tem uma doutrina com vários pontos em comum com o cristianismo e o catolicismo, e se baseia nas seguintes premissas: A crença em um único Deus: *Allah;* na existência dos anjos; nos livros sagrados; nos profetas, tais como Adão, Noé, Abraão, Moisés, Jesus e Maomé; no juízo final; na predestinação (ARANTES, 2005. p. 31-32).

O Alcorão, livro sagrado da religião islâmica, é considerado a "revelação divina" à Maomé (ou, O Profeta), está dividido em 114 *suras* (capítulos) 6236 *ayats* (versículos) e trata desde a criação do mundo até as regras de convívio social. O Profeta era analfabeto, e muitos dos seus ensinamentos foram passados oralmente para seus ouvintes, posteriormente, aquele que eram letrados escreviam os ensinamentos de Maomé. Contudo, isto acabou criando uma série de manuscritos divergentes, problema que somente foi sanado anos depois a morte de Mohamad (Ibidem. p. 36-37).

Assim como os livros sagrados das outras religiões, o Alcorão é interpretado de formas diferentes entre os inúmeros seguidores do islamismo. A grande diferença existente entre o islã e o judaísmo/cristianismo é a relação estreita existente entre religião e política (Estado):

> O islã é uma religião (*din*), com tudo o que este termo implica (crença, ritual, norma, consolação, etc.), ao mesmo tempo que é uma comunidade (*umma*) e um modo de viver ou tradição (*sunna*) que regulariza todos os aspectos da vida: o indivíduo e as etapas do desenvolvimento; a educação; as relações entre homens e mulheres; a vida familiar e comunal; o comércio e o governo, a justiça e a filosofia.
>
> Ou seja, tudo se concentra num sistema jurídico-religioso total: a xaria (*shari´a* ou caminho certo), que se edificou com base nas fontes sagradas nos primeiros séculos do islã mas cujo desenvolvimento não cessou até hoje, reagindo a circunstâncias sempre novas (DEMANT, 2004. p. 35).

No entanto, essa religião não manteve-se uniforme durante todo este período. Logo após a morte de Maomé, seus seguidores se viram em um impasse: quem seria o novo líder do islamismo a partir de então? Uma minoria da população muçulmana queria preservar o título de líder religioso dentro da família do Profeta, e por isso apoiavam o genro de Maomé, Ali ibn Abi Talib como novo guia, este grupo ficou

conhecido como *Chi´at Ali*, isto é, "o partido de Ali", mas tarde conhecidos com xiitas (BALTA, 2010. p. 46). Um segundo grupo, acreditava que qualquer fiel poderia ser candidato ao posto, desde que fosse aceito, através de um consenso, pela comunidade, se auto-intitulando *Ahl al-jama´a wal sunna*, "o povo da comunidade e da tradição", os sunitas (Ibidem. p. 46).

Durante as Cruzadas da Idade Média, os cristãos ocidentais chegaram a tomar a cidade sagrada de Jerusalém em 1099 e massacraram a população local, o que alarmou os seguidores do islã, não só pela brutalidade dos invasores, mas também pelas primeiras perdas territoriais significativas sofridas desde sua expansão: "Com o tempo, a queda de Jerusalém se tornou símbolo da agressão cristã contra o islã (...). O episódio das Cruzadas traduziu a agressão ocidental e o êxito da resistência muçulmana a esta" (DEMANT, 2004. p.54).

O Império Otomano foi um dos mais duradouros da história da região e também o último de cunho islâmico (porém não-árabe) e sua primeira missão foi a de estender o domínio do islã, missão que foi desempenhada com sucesso durante muitos anos. (SMITH, 2006. p. 16). O período do declínio otomano foi longo (cerca de 230 anos) e marcado por momento de crueldade e brutalidade (KIRK, 1967. p.80).

Quando, em 1947, a ONU aprovou uma resolução que criou o Estado de Israel dentro da Palestina, os árabes de toda a região sentiram-se insultados, e este sentimento espalhou-se por toda a Liga árabe, incluindo aí os países do MAGREB: Marrocos, Argélia, Tunísia, Egito e Líbia, que se encontram ao norte da África, e possuem o Islã como religião oficial, e por isso consideraram uma afronta não somente o surgimento do Estado e o remanejamento de parte das famílias árabes que lá residiam como também a tutela do Estado judeu perante aquelas famílias palestinas que permaneceram em território Israelense, e ainda o fato de a cidade de Jerusalém ficar dentro das terras de Israel (SOURDEL, 2011. p. 136).

1.2.1 Fundamentalismo Islâmico

Ao tratarmos de fundamentalismo religioso, sua própria definição por si só já é difícil, cada autor o define de uma forma diferente, apesar de todos eles explicitarem que, diferentemente do que pensa a maioria das pessoas, esse fenômeno não ocorre somente na religião muçulmana, como explicita Demant (2004).

Para Josênio Parente, o próprio conceito de religião já implica em um fundamentalismo, uma vez que para o religioso, somente a sua prática e sua crença são adequadas, enquanto as demais são falsas ou não religiosas (PARENTE, 2005).

> Fundamentalismo representa a atitude daquele que confere caráter absoluto ao seu ponto de vista.
>
> Sendo assim, imediatamente surge grave consequência: quem se sente portador de uma verdade absoluta não pode tolerar outra verdade, e seu destino é a intolerância; E a intolerância gera o desprezo do outro, e o desprezo, a agressividade, e a agressividade, a guerra contra o erro a ser combatido e exterminado (BOFF, 2002. p. 25).

O fundamentalismo islâmico, do qual tratarei aqui, também pode ser chamado Islamismo e tem como base os ensinamentos de Hassan el Banna (1906-1949) e da seita criada por ele durante a década de 1920, a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (DEMANT, 2011. p. 198). Fundado no início do século XX, os Irmãos Muçulmanos tinham uma mensagem clara: "o islã é um sistema completo e total e não há necessidade de buscar nos valores externos europeus (...) os fundamentos da ordem social, pois eles se encontram no Alcorão (...)" (KEPEL, 2003. p. 53-54).

Abu al-Ala Mawdudi foi outro religiosos que influenciou bastante os fundamentalistas atuais, ele acreditava que a islamização deveria acontecer "de cima para baixo", através de um Estado exercendo sua soberania em nome de Alá e aplicando a Chari´a. Dessa forma, os cinco pilares da fé islâmica (profissão de fé, oração, jejum do Ramadã, peregrinação e caridade) são uma preparação para a *jihad*, a luta contra "as criaturas de Alá que usurparam sua soberania" (KEPEL, 2003. p. 63).

É possível notar que para este pensador, a religião islâmica e a política estão intrinsicamente ligados: a religião é a ideologia por trás da luta política: "a política é parte integrante e inseparável da fé islâmica, e o Estado islâmico que a ação política dos muçulmanos tenta construir é a solução para todos os seus problemas" (NASR, 1994. p.7).

Tendo lido os escritos de Mawdudi e assimilado muitas das suas pregações e ideias, Sayyid Qutb forma sua própria ideologia: toda a sociedade muçulmana que não compactuava com a visão estrita do islã estaria dentro do conceito de *jahiliyya,* isto é, um estado de ignorância e abandono de sua própria crença, tornando-se um apóstata, o que no islamismo é passível de excomunhão e morte (AMORIM, 2008.). Para Qutb a

solução era simples: destruir a *jahiliyya* e fazer emergir uma nação autenticamente islâmica.

> If we look at the sources of foundations of modern ways of living, it becomes clear that the whole world is stepped into *jahiliyya* (pagan ignorance and divine guidance), and all the marvelous material comforts and high-level inventions do not diminidh the ignorance. This *jahiliyya* is based on rebellion against God´s sovereignty on earth: it transfers to men one of the graters attribute of God, namely sovereignty and makes some men lords over others. It is now not in that simple and primitive form of ancient *jahiliyya*, but takes the form of claiming that the right to create values, to legislate rules of collective behavior, and to choose any way of life rests with men, without regard to what God has prescribed. The result of this rebellion against God is the oppression of His creatures (…) (QUTB, 1980).

A ideologia fundamentalista do islã aumentou sua força e conseguiu mais adeptos, durante a Revolução Iraniana de 1979 (CALVOCORESSI, 2009. p. 382-383).

2 A criação do Estado de Israel

Em 1917, o governo britânico assinou a Declaração de Balfour, onde se obrigava a estabelecer um Estado Nacional judeu na Palestina. A realidade era que o interesse da Grã Bretanha estava totalmente voltado para o apoio que obteria com a comunidade judaica e os ganhos territoriais e econômicos que este país teria com o desmantelamento do Império Otomano, que até então dominava a região do Oriente Médio (CAMARGO, 2002. In: MAGNOLI, 2002. p. 428-429).

Porém, dois anos antes desta declaração, este mesmo país já havia se comprometido com o povo palestino a formar um Estado único e independente na região, com o interesse de desmembrar as regiões árabes otomanas com a França. Notadamente este acordo não foi cumprido, o que deu início às hostilidades entre árabes e judeus. Posteriormente, a Liga das Nações (antecessora da ONU) incluiu os termos da Declaração de Balfourt e passou apoiar a criação de um lar judaico na Palestina, o que, obviamente, provocou ressentimento por parte dos árabes (CHEMERIS, 2002).

No período do entre guerras surgiu uma organização internacional que tinha como objetivo regular a relação entre os Estados, sempre buscando o pacifismo e o fim das hostilidades, era a chamada Liga das Nações ou Sociedade das Nações. Foi dentro das reuniões da Liga que surgiu a ideia de mandatos de potências ocidentais sobre os países pertencentes a impérios enfraquecidos ou que tiveram um fim após a I Guerra Mundial (1914-1918) (CATTAN. p. 25-26).

O mandatário deveria ser responsável “pelo desenvolvimento das instituições autogovernadas”. No entanto, fica específico no preâmbulo do documento assinado durante o Conselho Supremo das Potências Aliadas em 1920, quando foi decidido sobre o Mandato na Palestina, que no caso específico dessa região:

> Considerando que as Principais Potências Aliadas também convieram em que se responsabilizaria por pôr em efeito a Declaração originalmente feita, a 2 de novembro de 1917, pelo Governo e Sua Majestade Britânica, e adotada pela ditas potências em favor do estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o povo judeu, sendo claramente entendido que nada seria feito que pudesse prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judias existentes na Palestina, ou os direitos e estatuto politico gozado pelo judeus em qualquer outro país:
>
> Considerando o reconhecimento desse modo dado à conexão histórica do povo judeu com a Palestina e os fundamentos para a reconstituição de seu lar nacional naquele país (...) (CATTAN, p. 80).

Durante anos a Grã-Bretanha lutou para tentar conciliar a promessa feita aos dois povos, em especial devido ao desejo britânico de ficar bem com os países árabes produtores de petróleo. Uma das propostas foi realizada através da Comissão Peel em 1937: uma divisão tripartite entre um Estado árabe e um judeu, e uma área menor a cargo do mandato britânico, que incluiria os lugares sagrados de Jerusalém, sistema que acabou se revelando ser inviável e abandonado pelo governo britânico (CALVOCORESSI, 2011. p.321).

Com a aproximação da guerra que posteriormente abateria a Europa, o país foi obrigado a optar por um dos dois lados, tendo escolhido os árabes e interrompendo o fluxo de imigração judaica para o Oriente Médio, que chegava a cerca de 75 mil judeus por ano (Ibidem. p. 321).

Kirk evidencia que, durante período da II Guerra Mundial. Era de extrema importância para o governo britânico que a Palestina e os países muçulmanos do Oriente Médio e do norte da África se mantivessem neutros, pois era grande (e perigosa) a possibilidade de algum deles passar a apoiar os países do Eixo.

Kirk (1967) prossegue falando sobre a imigração judaica:

> Tudo o que os judeus viam era que a milhares de irmãos de raça era negado um refúgio na Palestina a fim de salvar-se do terrível terror nazista na Europa (...) (KIRK, 1967. p 255).

Após esta decisão da Grã-Bretanha, os judeus passaram a pedir o apoio dos Estados Unidos para sua causa sionista, o apoio foi bastante intenso após o Holocausto,

e os americanos se esforçaram para convencer os britânicos a admitir em território Palestino os judeus sobreviventes da II Guerra Mundial (CALVOCORESSI, 2011. p.321).

A organização oficial sionista, liderada por David Bem Gurion passou a ser mais exigente em suas reivindicações, adotando o Programa Biltmore, elaborado em 1942, que preconizava:

1- O estabelecimento da Palestina como comunidade judaica;
2- Um exército judaico (sendo, mais tarde instituído através da Haganá, exército sionista que, inicialmente era clandestino);
3- Imigração ilimitada, posta sob controle da Agência Judaica, que também teria a autoridade para o desenvolvimento de terras desocupadas e incultivadas (KIRK, 1967. p. 256).

Sentindo-se cansados e sem equilíbrio após a guerra para dar continuidade às negociações entre ambos os povos, o governo inglês transferiu o território (e o problema) para as mãos da recém-criada, Organização das Nações Unidas – ONU, órgão que surgiu no lugar da antiga Liga das Nações e que possuía moldes bem semelhantes a esta última. A Organização criou um comitê especialmente para estudar e tentar resolver a questão na Palestina, a United Nations Special Comitee on Palestine – UNSCOP (Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina). A solução encontrada pela ONU foi exposta na resolução 181, que estabelecia a seguinte partilha para a região:

a) A criação de um Estado judeu;
b) A criação de um Estado palestino;
c) Jerusalém, Belém e adjacências ficariam sob controle internacional (SCHEINDLIN, 1998. p.333-334).

Ideia semelhante já havia sido proposta pelos ingleses, e como da primeira vez, essa foi rechaçada pelos palestinos, que alegaram favorecimento da ONU com relação a quantidade de terras ocupadas pelos judeus: 56% do território ficariam com os judeus, enquanto eles somavam somente 33% da população (SPOHR, 2002).

Na votação durante a Assembleia Geral da ONU de 29 de novembro de 1947, 33 Estados votaram a favor da decisão e da criação de Israel, 13 votaram contra e 6 se

abstiveram, inclusive a Inglaterra (GUNNEWEG, 2005. p.344). No entanto, o Conselho de Segurança da ONU não podia impor sua resolução por meio de forças militares próprias, ao passo que a violência entre as duas comunidades aumentava a níveis alarmantes, até que em 9 de abril de 1948, faltando cerca de um mês para o fim do mandato britânico na região, duas milícias israelenses (Irgun e Stern), massacraram mais de cem civis árabes, inclusive idosos e crianças, em Der Yassin, uma aldeia vizinha a Jerusalém, provocando a fuga de 100 mil palestinos, episódio que até hoje não foi esquecido por estes últimos, que sempre é lembrando em atos contra Israel (CAMARGO, 2006. p. 432. In: MAGNOLI, 2006).

Figura 1: **Mapa atual do Estado de Israel.**

FONTE: Google Earth

A questão política e o interesse na criação do Estado de Israel

É importante esclarecer em quais circunstâncias o Estado israelense foi implantado na região. É de conhecimento geral que a área do Oriente Médio sempre foi de extrema importância para as potências mundiais, em grande parte devido a sua localização estratégica, entre os continentes asiático, europeu e africano. Smith (2006) argumenta que desde o Império Otomano a região já era visada por grandes nações europeias, e até aquele momento a importância da região estava muito centrada nas rotas comerciais existentes na área. Com a abertura do Canal de Suez no final do século XIX os interesses econômicos e estratégicos na região aumentaram, mas foi somente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que o Império Britânico e a França de fato passaram a dominar a região (SMITH, 2006. p. 21).

Pouco antes da Primeira Guerra o governo britânico descobriu grandes jazidas de petróleo no Oriente Médio, tornando ainda mais importante o domínio da região. Com o fim do mandato europeu e o início da dominação da ONU sobre a região e o contexto da guerra fria, o petróleo tornou-se um tema importante nas rodas de conversa sobre a região, que passou a ser cobiçada por várias nações, em especial EUA e URSS (Ibidem. p. 42).

Durante um determinado período, ainda no início da guerra fria, a URSS passou a possuir grande influência perante os países do Oriente Médio, tais como a Turquia e o Irã, conseguindo neste últimos a concessão de jazidas de petróleo em cinco províncias. O governo americano, por sua vez, alarmou-se com estas manobras soviéticas e se apresou em tentar deter o avanço socialista na região (SMITH, 2006. p. 43-44).

Com o fim do mandato britânico no Oriente Médio e o início do controle da ONU fez com que os Estados Unidos sentissem a necessidade de conseguir aliados na região, não somente em razão do aumento da presença soviética, mas também pela importância do petróleo para a economia daquele país e o perigo que uma possível dominação de um Estado inimigo poderia representar para a economia americana, grande dependente do petróleo do oriente médio (Ibidem. p.45).

É importante esclarecer que no período na Segunda Guerra Mundial o movimento sionista se fortaleceu bastante, e ganhou muitos adeptos, não só na comunidade judaica como fora dela, em especial nos Estados Unidos, que sempre possuiu uma considerável população de judeus. Nesse país, especificamente, a propaganda sionista foi muito intensa e chegou a ganhar a simpática de políticos

> A falta de informação e de propaganda da causa árabe possibilitou ao sionismo empreender nos EUA uma estratégia de doutrinação sem precedentes, apoiada numa estrutura multiplicadora, que expandia-se das comunidades judaicas, ao público e aos parlamentares e ao governo (GOMES, 2001)

Segundo Shlaim (2004), o apoio para a criação de Israel também existia da URSS, que, assim como os EUA, votou a favor do Estado na conferência da ONU que aprovou a partilha da Palestina. Em razão desse apoio recebido tanto do Leste quando do Oeste, o Estado israelense evitou, inicialmente, apoiar abertamente qualquer uma das duas potências optando por manter-se neutro. A posterior necessidade de armamentos contra os Estados vizinhos, contrários a Israel, e a grande dependência da economia

externa, fez com que Israel iniciasse uma estreita aliança com o governo americano: Até os dias atuais, Israel ainda é um dos maiores compradores de armamento americano do mundo, o que obviamente beneficia a forte indústria bélica dos EUA.

O autor Dan Smith (2006) realizou uma pesquisa relacionada com a assistência econômica e militar que os Estados Unidos têm dirigido à Israel e percebeu que desde 1985 o país recebe anualmente cerca de 3 bilhões de dólares do governo americano, divididos entre subsídios militares, doações econômicas, avais de empréstimo e doações militares (SMITH, 2006. p.49).

O mesmo estudioso também fez uma tabela, com valores referentes ao ano de 2005, contendo um mapeamento militar israelense, indicando o poder bélico deste país, em grande parte composto de produtos americanos:

Tabela 1: Poder bélico-militar do Estado de Israel (ano 2005)

Soldados	168.000*
Peças de artilharia de campanha	1.230
Tanques	3.090
Blindados de transporte de tropas	7.700
Aviões de combate	399
Helicópteros de ataque	95
Mísseis balísticos	199
Lançadores de foguetes pesados	212

*125.000 do exército, 35.000 da força aérea e 8.000 da marinha.

(FONTE: SMITH, 2006. p. 60)

Já há algum tempo, mais especificamente após o fim da Guerra Fria, o governo americano vem estudando e propondo formas de pôr fim a Guerra Israel-Palestina, porém até agora não obteve sucesso.

Nos dias atuais ainda há a necessidade americana de se buscar petróleo no Oriente Médio, porém esse deixou de ser o principal motivo que os leva a apoiar o Estado israelense. Desde os atentados ao World Trade Center e ao início da Guerra ao Terror, Israel passou a ser visto muito mais como um parceiro estratégico geopolítico do que um parceiro em escala estratégico-econômica (GOMES, 2001).

Guerra de independência

Em 14 de maio de 1948, o mandato britânico expirou e o governo inglês se retirou da região, no mesmo dia Israel proclamou, de forma unilateral, sua independência. Em declaração lida pelo, agora, Primeiro Ministro Ben Gurion houve a promessa aos árabes residentes no Estado recém-criado, de plena cidadania e igualdade perante a lei e representação adequada dentro das futuras instituições políticas israelenses (GUNNEWEG, 2005. p.344). Isto não foi suficiente para os palestinos, que sentiram-se humilhados por não mais possuírem aquelas terras, os mesmos foram apoiados por outros países do Oriente Médio e do Norte da África de tendência muçulmana, como o Egito, e assim tem início a Guerra de Independência de Israel.

O conflito teve início no mesmo dia com um bombardeio egípcio à Tel-Aviv, e isso acabou levando a própria dissolução do plano inicial da partilha e o Estado Palestino árabe sequer chegou a ser constituído.

> Israel foi invadido ao norte por formações sírio-libanesas, a oeste por tropas do Iraque e da Transjordânica (atual Jordânia) e ao sul pelos egípcios. Além dos exércitos árabes, unidades irregulares e paramilitares também se juntarem à ofensiva [...]. Os judeus a chamaram de Guerra da Independência, os palestinos de "o desastre" (VISACRO, 2009. p.161).

A *Haganá*, força de defesa de Israel, possuía cerca de 30 mil homens, sendo 2500 deles da uma unidade de elite chamada *Palmach.* No dia 28 de maio a Haganá se transformou em Forças de Defesa de Israel (FDI) e o governo proibiu a existência de milícias (CAMARGO, Apud MAGNÓLI, 2006. p.433).

Mitchell Bard, por sua vez, explicita que "os judeus venceram sua guerra de independência com ajuda mínima do ocidente", uma vez que o governo americano, o maior aliado ocidental de Israel naquele momento, não quis fornecer os meios para os judeus se defenderem, apesar de apoiar a independência desse Estado, evidenciado através do embargo de armas na região, feito pelos EUA em 5 de dezembro de 1947. Isso porque, segundo o então subsecretário de Estado, Robert Lovett "os árabes poderiam usar armas de origem americana contra os judeus ou esses poderiam usá-las contra os árabes". Essa atitude americana forçou os judeus a contrabandear armas da Tcheco- Eslováquia, uma vez que Israel proclamou sua independência sem possuir um único canhão ou tanque "a tentativa árabe de destruir Israel fracassou. Por causa dessa

agressão, os árabes terminaram ficando com menos território do que teriam caso tivessem aceitado a partilha" (BARD, 2004. p. 50).

A guerra dos seis dias

Em 1967, Gamal Abdel Nasser era presidente do Egito e tinha como uma de suas ideologias principais a união dos povos muçulmanos para a expulsão dos judeus e a queda de Israel. Naquele momento histórico, em plena a Guerra Fria, o Egito era aliado da URSS, e como aliado, os líderes nacionais realizavam visitas oficiais ao país amigo, em uma dessas visitas, Anwar Sadat, presidente da Assembleia Nacional do Egito ouviu de um membro do Ministério do Exterior da Rússia, que os israelenses iniciaram uma mobilização miliar próxima à fronteira síria (WALZER, 2003. p.139).

Nasser passou, então, a enviar suas tropas para ocupar o Sinai e expulsou as forças de emergência da ONU presentes na região, além de ter ordenado o bloqueio do Golfo de Áqaba e os Estreitos de Tiran, interrompendo o fluxo comercial de Israel; posteriormente, o exército sírio se concentrou nas Colinas de Golan, ambas as forças prontas para um ataque (BARD, 2004. p. 62-64).

Israel lançou um ataque antecipado em 5 de junho de 1967, e em três horas destruiu toda a força aérea egípcia, além de ter conseguido capturar a Faixa de Gaza e todo o Sinai em apenas três dias. As forças jordanianas entraram no conflito atacando Jerusalém, mas também foram derrotadas, e o exército israelense tomou toda a cidade, incluindo Jerusalém Oriental, além das Colinas de Golan e da Faixa de Gaza. A vitória israelense foi conquistada em apenas seis dias de guerra (SCHEINDLIN, 1998. p. 344-345).

> Cerca de 175 mil (estimativa israelense) a 250 mil (estimativa jordaniana) palestinos fugiram da Cisjordânia para a Jordânia, muitos deles refugiados pela segunda vez, e mais uma vez alojados em campos miseráveis (OREN, 2004. p. 363).

Cerca de um milhão e duzentos mil palestinos passaram a viver sob a administração judaica, e foram nestes campos que surgiram, e se proliferaram, as ideias de violência política e de vingança contra Israel (VISACRO, 2009. p. 164).

Guerra do *Yom Kippur*

Após a morte de Nasser em 1970, Anwar el-Sadat tornou-se presidente do Egito e demonstrou interesse em negociar com Israel, pois havia percebido, através da derrota em 1967, que não seria possível reconquistar os territórios ocupados por Israel utilizando a força, e aceitou a mediação americana quanto ao impasse territorial. Além disso, em razão da grave crise econômica enfrentada pelo Egito naquele período, Sadat acreditava que somente uma aproximação com o ocidente poderia garantir a sobrevivência de seu regime, no entanto ele também sabia que somente conseguiria essa aproximação se entrasse em um acordo com Israel (SCALERCIO, 2004. Apud SILVA, 2004. In: SILVA (org.). 2004. p. 416-417).

O ano de 1971 foi chamado por ele de "Ano da decisão", deixando claro que, se a diplomacia falhasse o país reobteria as áreas perdidas de outro modo. Apesar de essa ameaça não ter sido levada a sério pela sociedade internacional, em 1972 Sadat escreveu um artigo intitulado *Where Egypt stands* (Em que ponto está o Egito, em tradução livre), onde proclama os três princípios em que se baseiam a política egípcia: liberdade, socialismo e união (BUCKWALTER, 2008).

Durante o ao de 1973, Sadat ameaçou várias vezes entrar em guerra caso os EUA não forçassem Israel a aceitar da lei 242 da ONU, o que consistia na retirada total dos judeus dos territórios por eles conquistados em 1967, o presidente egípcio explicou, em uma entrevista em uma rádio local que:

> Os Estados Unidos ainda estão sob pressão sionista. As lentes que estão usando sobre os olhos são inteiramente sionistas, completamente cegas a tudo, exceto ao desejo de Israel. Não aceitaremos isso (BARD, 2004. p. 87).

Silenciosamente, o Egito começou a preparar um ataque contra Israel. Em vários momentos durante o ano de 1972 e 1973 o governo ordenou o deslocamento de suas tropas para regiões próximas á fronteira, inicialmente o governo israelense fazia o mesmo, contudo esse tipo de ação por parte do Egito se tornou tão frequente que os judeus desistiram de tentar acompanha-las, além disso, o serviço de inteligência de Israel alegou que teria capacidade de detectar qualquer movimento ofensivo em suas fronteiras (SCALERCIO, 2004. Apud SILVA, 2004. In: SILVA (org.). 2004. p. 416-417).

Em setembro, com a proximidade do Ramadã, mês sagrado dos muçulmanos, e do *Yom Kippur*, dia sagrado para os judeus, mais de 25 mil soldados egípcios entraram em licença, logo eles foram chamados discretamente de volta às suas posições e em 6 de outubro o exército egípcio atacou Israel pelo Canal de Suez e penetrou em seu território, enquanto os sírios avançavam contra as Colinas de Golan (CALVOCORESSI, 2011. p.351-352).

As perdas israelenses nos primeiros dias de ataque foram grandes, isso porque o governo egípcio havia aprendido algumas coisas com a derrota militar de 1967, e planejaram este ataque de forma meticulosa e bastante engenhosa. Contudo, os sírios cometeram erros grosseiros, tais como inspirar-se no óbvio, caindo em todas as armadilhas israelenses. Contida a ameaça síria, os israelenses voltaram-se contra o exército do Egito e esperaram por um erro daquelas forças para poder entrar em ação. Este erro foi cometido em 14 de outubro, quando a ofensiva de Sadat avançou demais dentro do Sinai, deixando suas tropas fora do alcance da proteção de seus morteiros e mísseis, fazendo com que grande parte do exército fosse destruído (CAMARGO, 2006. In: MAGNOLI. 2006).

O acordo territorial entre os dois países somente foi fechado em 18 de janeiro de 1974, onde ficou acordado que Israel iria se retirar do lado ocidental do Canal de Suez e uma área de 30 quilômetros do lado oriental do canal foi dividida em três zonas: Israel, Egito e forças da ONU (BUCKWALTER, 2008). Contudo, a pergunta é: quem foi o vencedor da guerra? Trevor Dupuy resume a situação da seguinte forma:

> Thus, if war is the employment of military force in support of political objectives, there can be no doubt that in strategic and political terms the Arab States - and particularly Egypt - won the war, even though the military outcome was a stalemate permitting both sides to claim military victory (DUPUY, 1978. P. 603).

2.1 Organização para a Libertação da Palestina - OLP

Em maio de 1964, durante a primeira sessão do Congresso Nacional Palestino, foi criada a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), objetivando conciliar os diversos grupos políticos palestinos, para, através da guerra, libertar a Palestina do julgo israelense e formar um Estado árabe-palestino independente, democrático e secularista (VISACRO, 2009. p. 16-167). Logo foi criado também o Exército para a Libertação da

Palestina (ELP), a ser criado nos territórios do Egito, Líbano, Jordânia e Síria (GENNARI, 2003).

Para Larissa Grau, a criação da OLP foi a grande responsável por dar "maior visibilidade midiática" ao conflito que ocorre no Oriente Médio, em especial à visão Palestina, além de ter constituído uma identidade de resistência palestina naquele momento histórico (GRAU, 2007).

Segundo alguns autores, como Alexandre Santos de Amorim, a criação da OLP somente serviu "como cobertura para a ação de outras organizações", tais como o Fatah, a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) e a Frente Popular Democrática para a Libertação da Palestina (FPDLP), esta última uma dissidência da FPLP (AMORIM, 2008). Há ainda estudiosos que apontam que o surgimento da Organização para a Libertação da Palestina foi uma tentativa das lideranças árabes de manter sob controle o potencialmente explosivo movimento palestino (PILATI e PIRES, 2008).

Em fevereiro de 1969, Yasser Arafat torna-se presidente do Conselho Executivo da OLP, a partir de então a Organização deixa de representar os interesses dos Estados árabes, e passa a focar suas ações no que considera melhor para a população palestina. É importante deixar claro que anos antes, em 1958, Arafat foi o responsável pelo fundação de uma organização paramilitar de resistência, a Al-Fath, objetivando a devolução da Palestina aos povos árabes (NAEGELI, 2004. In: SILVA, 2004. p. 627).

Sobre a ascensão de Yasser Arafat, François Marssoulié explica:

> Seu comando central, agora maciçamente financiado pelos Estados árabes [....], logo se torna a organização de libertação nacional mais rica e poderosa do mundo. Ao longo dos anos ela adquire uma estrutura que é quase um Estado. O Conselho Nacional Palestino (CNP), que elege seu comitê executivo, funciona como um parlamento no exílio: nele estão representadas as organizações armadas, os grupos sócio-profissionais e as comunidades palestinas dos cinco continentes. A OLP, que se orgulha de ser a única organização democrática do mundo árabe, torna-se uma enorme burocracia que abrange numerosos departamentos, desde a Saúde (a Lua Crescente Vermelha, equivalente à Cruz Vermelha) até os Assuntos Estrangeiros. Falta-lhes apenas o território... (MASSOULIÉ, 1996, p. 92-93).

Durante a década 1970, Arafat promove novas mudanças no seio da Organização, abandonando o a guerra convencional e dando preferência à guerrilha e a uma luta mais política perante os organismos internacionais. Isto se deveu, em grande parte, devido a aproximação do Egito, pós-Nasser, com Israel (PILATI e PIRES, 2008).

Em 1974 Arafat consegue um espaço na tribuna da Organização das Nações Unidas para apresentar suas demandas, passo importante para dar legitimidade às reivindicações até então apresentadas pela Palestina e pela OLP. Sua presença na ONU significou o reconhecimento da OLP como legítima representante dos palestinos. Durante seu discurso fica claro a sua disposição em negocia a paz politicamente, mas também é explícita que não hesitará em utilizar seu aparato militar caso as negociações não funcionem (NETO, 2010).

Desde o início, o governo israelense demonstrou receios em relação a um processo de paz através de acordos com a OLP, em grande parte, em razão de a Organização ter planejado e executado atentados terroristas e guerrilheiros contra alvos israelenses no início de sua existência, em especial após a Guerra dos Seis Dias, quando a Al-Fatah tornou-se dominante dentro da OLP. Com esse pensamento, Israel negou-se a realizar qualquer negociação com a Organização, atitude mantida até 1993, quando foi assinado o Acordo de Paz de Oslo, que teve a mediação americana (NAEGELI, 2004. In: SILVA, 2004. P. 627).

É importante esclarecer que o conflito existente nesta região é de cunho irregular, ou seja, são grupos armados que lutam contra um Estado, apesar de a Autoridade Palestina ter sido vista, em seu início, como uma organização terrorista, hoje ela é encarada como a única que de fato representa o povo palestino, e não mais pratica qualquer ato de violência contra o Estado israelense.

De posse de todas as informações expostas neste capítulo e de seu entendimento, os próximos capítulos serão mais facilmente compreendidos pelo leitor. A análise de ambas as culturas e dos fatos histórico, políticos e religiosos que deram início ao conflito é de suma importância para que se possa ter uma visão completa do mesmo, o que demonstra que o objetivo inicialmente proposto neste capítulo foi alcançado.

CAPÍTULO II

TEORIAS DA GUERRA

É de suma importância conhecer as teorias dos diferentes tipos de guerra para podermos entender os conflitos que ocorrem ao redor do mundo, é preciso saber a diferença entre a guerra praticada no século XVII e aquela que acontece hoje nos diferentes territórios onde ela acontece. Dessa forma, esta parte do trabalho visa explicar ao leitor quais os tipos de conflito existente desde os tempos antigos e qual sua diferença em relação aquele que acontece no mundo contemporâneo.

Pode-se dizer que este capítulo é a espinha dorsal do trabalho, pois é nele que explicarei os conceitos de guerra irregular e de *Jihad*, que são de importância crucial para poder refutar ou não a hipótese proposta. O objetivo deste capítulo é, então, realizar uma análise da guerra regular e irregular e diferenciá-las, para que se possa entender melhor o conceito de ambos, além de buscar estudar o complexo conceito de *Jihad*, uma vez que ao entendermos ambos (guerra irregular e *Jihad*) a conclusão do trabalho começará, aos poucos, a ser delineada.

A guerra, entendida como um conflito entre Estados envolvendo grandes tropas que lutavam pelos interesses de seu país, sempre existiu na história da humanidade. Mesmo as civilizações mais antigas das quais se tem conhecimento como a egípcia e a grega já contavam histórias e lendas sobre algumas das guerras que ocorreram naqueles períodos afim de entender suas motivações e a natureza das mesmas.

Clyde Eagleton escreveu em 1948 que

> A guerra é um meio para se atingir um fim, uma arma que pode ser usada para bons ou maus fins. Alguns desses objetivos prosseguidos pela guerra têm sido aceitos pela humanidade como fins justos. De fato, a guerra desempenha funções que são essenciais à sociedade humana. Tem sido usada para resolver disputas, para garantir disputas, para garantir direitos, para corrigir erros, e estas são certamente funções que têm que ser salvaguardadas [...]. Podemos afirmar, sem exagero, que seria impossível imaginar um outro método mais absurdo, brutal, inútil e injusto para servir tais fins, mas isto em nada altera a realidade (EAGLETON, 1948. p. 393).

É importante deixar claro que com o passar dos anos houve um aumento no número de Estados existentes e nos tipos de governo desenvolvido por cada um deles. Na formação dos Estados não havia uma legislação comum ou uma norma internacional acerca da relação entre os mesmos, esse período ficou conhecido como o dos Impérios,

onde havia, por parte dos Estados, uma grande "acumulação e concentração dos meios coercitivos, sobretudo de habilidade militar e guerreira, com o fim de sustentar a si mesmos", mesmo posteriormente, durante o período chamado Absolutista, onde as fronteiras já estavam mais delimitadas, os conflitos não tiveram fim. Tudo isso passa a mudar no século XVII, após a assinatura do Tratado de Westfália (1648), acordo entre os Estados para selar o fim da Guerra dos Trinta Anos. Este foi o início de uma possível Sociedade de Estados europeia, todos com direitos e deveres devidamente delineados, regulamentando assim a relação entre eles (GOLDBLATT, et al, 2002. p. 8).

Algo semelhante a esta Sociedade de Estados foi proposto por Immanuel Kant em seu livro *À Paz Perpétua*, publicado pela primeira vez em 1795, para ele era necessário existir uma Liga de Povos que deveria possuir uma constituição civil semelhante àquela existente em um Estado para assegurar o direito dos homens (KANT, 2008. p. 34).

Apesar do estabelecimento destas normas entre os Estados, o estudioso Abbé de Saint-Pierre escreve, em 1713, uma obra intitulada *Projeto para Tornar a Paz Perpétua na Europa*, onde levanta uma série de possibilidades de encontrar a paz entre os Estados europeus e aponta tentativas de antigos líderes com o mesmo intuito, demonstrando que apesar de haver uma Sociedade de Estados, as guerras ainda são contínuas neste continente. Em determinado trecho o autor explicita que

> Como não possuem ainda qualquer Sociedade Permanente entre si, não existe lei alguma que sirva para decidir sem Guerra suas divergências. Ainda que mediante acordos em seus tratados lhes fosse possível prever e resolver todos os casos capazes de suscitar divergências, tais convenções jamais poderiam ser consideradas como leis invioláveis enquanto cada um dos pretendentes for livre para violá-las com pretextos que jamais faltam a quem não quer submeter-se (SAINT-PIERRE, 2003. p. 393).

Até este momento ainda tratamos de guerra como conflito armado entre dois Estados, por esse motivo um acordo concreto entre os mesmos representaria o fim das guerras e o início de um período de paz, contudo, foi possível provar, através das experiências surgidas durante a Guerra Fria (1945-1989) que um bom relacionamento entre os Estados não significa a paz mundial. A referida Sociedade Permanente ou Liga de Povos proposta com Saint Pierre e Kant, respectivamente, surgiu no pós-II Guerra Mundial e até hoje desempenha um papel de regulamentar os conflitos armados existentes ao redor do mundo, é a Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1945, tem fim a II Guerra Mundial, com a vitória do grupo dos Aliados, formado por Estados Unidos (EUA), União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o Império Britânico, sobre os países do grupo do Eixo: Alemanha, Japão e Itália. Desde as primeiras reuniões entre os vencedores, com o intuito de definir as sanções contra os outros três países, já fica clara a discordância existente entre os líderes americanos e soviéticos, sobretudo devido aos diferentes sistemas políticos e econômicos implantados em ambas as nações, enquanto os EUA pregava um mercado capitalista de livre concorrência, a URSS optava por uma economia socialista (HALLIDAY, 2007. p. 190).

As duas eram potências políticas mundiais, e por isso elas não poderiam ser ignoradas no cenário mundial da época, ambas então, iniciaram um processo de expansão de seus respectivos sistemas econômicos. Naquele momento, a humanidade havia saído de duas grandes guerras que haviam abalado a Europa, sabia-se que um novo conflito de cunho mundial poderia colapsar irremediavelmente todo aquele continente e a humanidade em geral, portanto inicia-se um período de tensão entre esses países, onde cada um tentava demonstrar seu poderio bélico-militar afim de impressionar o outro, além de disputarem entre si os restantes dos países, transformando a geografia política mundial em áreas de influência socialistas e capitalistas.

Em nenhum momento essas duas potências entraram em guerra diretamente, apesar de muitas vezes apoiarem, não só politicamente, mas também econômica e militarmente, lados diferentes do mesmo conflito. Devido a essa ausência de ataques militares diretos esse período ficou conhecido como Guerra Fria, que somente teve fim em 1989, após a queda do Muro de Berlim, construído pelos soviéticos em 1961 afim de delimitar, nesta cidade alemã, o fim do mundo capitalista e o início da área de influência socialista. Conforme explica Eric Hobsbawm, o fim deste período de bipolaridade política e econômica

> Retirou de repente os esteios que sustentavam a estrutura internacional e, em medida ainda não avaliada, as estruturas dos sistemas políticos internos mundiais. E o que restou foi um mundo em desordem e colapso parcial porque nada havia para substituí-los (HOBSBAWM, 2011. p. 251).

Esse mesmo pensamento é compartilhado por Samuel Huntington, em sua obra *O Choque das Civilizações*. Para este autor, com o fim da guerra fria e das tensões acerca das questões políticas e econômicas, as distinções mais importantes entre os povos passaram a ser aquelas relacionadas à cultura indenitária de cada civilização. A

ilusão de paz do mundo Pós-Guerra Fria dissipou-se através da multiplicação de conflitos étnicos ou de "limpeza étnica", pelo ressurgimento de ideologias que já se consideravam extintas, como o neonazismo, pelo aumento do fundamentalismo religioso (HUNTINGTON, 1996. p. 21).

Doughrty e Pfaltzgraff citam hipóteses antropológicas que apontariam um possível motivo para o aumento no número destes tipos de conflito.

> Diferenças substanciais no caráter étnico, linguístico, religioso, racial, cultural ou ideológico são facilmente percebidas e podem assim dar lugar à animosidade e a um sentido de ameaça, especialmente quando os vários grupos são fisicamente perto uns dos outros, mas dispõem de poder político e econômico desigual. [...] Por outro lado [...] quanto mais próximas se encontram as partes no que toca ao seu sistema de crenças, mais intenso provavelmente será um possível conflito entre essas partes (DOUGHRTY E PFALTZGRAFF, 2003. p. 349).

Kissinger, em livro escrito em 1994, já observava que o sistema internacional no século XXI seria composto por seis grandes potências: EUA, Europa, China, Japão, Rússia e Índia, além de uma série de outros países menores (KISSINGER, 1994. p. 23-24). É importante notar que todos os países citados pertencem a civilizações diferentes, e que somente duas delas correspondem a nações ocidentais: EUA e Europa.

Huntington explica esse declínio da imagem da civilização ocidental, uma vez que sua vitória na guerra fria produziu não um triunfo, como se imaginou, mas sim uma exaustão desta imagem. "Está se evaporando rapidamente a disposição de outra sociedade aceitar os ditames do ocidente ou de acatar seus sermões" (HUNTINGTON, 1996. p. 98).

Um exemplo que podemos dar deste declínio é o Ressurgimento Islâmico, considerado "um esforço para encontrar a 'solução' não nas ideologias ocidentais, mas no Islamismo", personificando, assim, a "aceitação da modernidade e a rejeição da cultura ocidental e o reengajamento no Islamismo como um guia cultural, religioso, social e político" para a vida moderna (HUNTINGTON, 1996. p. 135). Ele

> foi a resposta ideológica e política ao ressentimento contra o domínio ocidental. Este ressurgimento conheceu versões moderadas, mas igualmente versões bastante radicais, as quais originaram precisamente o movimento pan-islâmico. A sua natureza radical resulta dos meios utilizados, o recurso à guerra e ao terrorismo, e dos objetivos políticos prosseguidos, a instalação de regimes políticos islâmicos através de revoluções (ALMEIDA, 2001).

Os indícios desta reaproximação entre o islamismo e a vida pessoal de seus seguidores podem ser observados através do aumento de comparecimento nas mesquitas

e na maior rigidez com relação à vestimenta, além do aumento no número de governos de orientação islâmica (HUNTINGTON, 1996. p. 135). Podemos considerar os antecedentes desse Ressurgimento datados da criação da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos, no início do século XX, os quais pregavam que "o islã é um sistema completo e total", não havendo "necessidade de buscar nos valores externos europeus (...) os fundamentos da ordem social vigente, pois eles se encontram no Corão" (KEPEL, 2003. p 54). Não se pode afirmar que os princípios do Ressurgimento Islâmico sejam pautados em ações violentas, contudo Ted Gurr apresenta dados demonstrando que os muçulmanos participaram de 26 dos 50 conflitos etnopolíticos ocorridos entre 1993 e 1994, sendo 10 deles de conflitos tribais africanos (GURR, 1994. Apud HUNTINGTON, 1996. p.327).

Muitos destes conflitos modernos têm as características de uma Guerra de Linha de Fratura, termo que foi desenvolvido por Huntington. Muitas das características deste tipo de conflito são semelhantes às da Guerra Irregular. O conflito de Linha de Fratura pode ocorrer entre Estados, ou entre estes e grupos armados não-governamentais, normalmente são do tipo "pára-e-recomeça", podendo eclodir em uma imensa violência e logo em seguida diminuir para um clima de insegurança e hostilidade soturna, para, então, eclodir novamente (HUNTINGTON, 1996. p. 321).

O autor deixa claro que este tipo de conflito envolve civilizações diferentes, por isso, o maior motivo para sua ocorrência é a diferença religiosa, pois esta é a principal característica definidora das civilizações. Ele demonstra também que estas guerras são lutas pelo controle de territórios, expulsando ou matando seus invasores, praticando, assim, uma "limpeza étnica" (Ibidem. p. 322).

> O território em questão muitas vezes passa a ser para um ou para ambos os lados um símbolo de alto significado de sua história ou identidade , uma terra sagrada, à qual eles têm um direito inviolável (Ibidem. P. 321).

Essa disputa territorial é uma das características principais do conflito que ocorre entre Israel e Palestina, que será tratado neste trabalho. Questões ligadas à religião e política também se encontram presentes neste confronto, e é por esse motivo que a teoria do Choque de Civilizações pode ser encaixada na análise que está sendo feita. O próximo capítulo será focado no referido conflito, onde será feita uma análise sobre o mesmo e onde será possível explicar o termo *Jihad.*

Surge um novo tipo de guerra, não somente envolvendo os Estados, mas também entre grupos de civis de outros países. Neste período o ataque a civis tornou-se uma nova forma de combate, o combate das sombras, uma vez que não se sabe quem, quando ou onde será realizado. Também se tornou comum o surgimento de grupos de civis armados lutando contra um determinado governo ou ordem internacional, utilizando-se de emboscadas e sequestros. Esse novo tipo de guerra é chamado Guerra Irregular.

Antes de estudar a fundo estes novos conflitos, é preciso entender as teorias da chamada Guerra Convencional, aquela perpetrada entre Estados envolvendo recursos humanos de cunho militar.

1.1 Teorias Clássicas da Guerra

Como já foi dito anteriormente, entenderemos aqui as Teorias Clássicas sobe a guerra àquelas que focam o conflito entre Estados, onde a população dos civis não está ligada diretamente aos conflitos. Desde as guerras antigas, isto é, aquelas perpetradas pelas civilizações grega e romana, até às guerras napoleônicas e de trincheira, em todos estes períodos pensadores e estudiosos viam o conflito armado de forma distinta, de acordo com o período histórico que viviam.

O filósofo e pensador grego Sócrates já tratava do estudo da guerra por volta do século IV a.C. De acordo com suas memórias escritas por Xenofonte, certa vez Dionísio chegou à Atenas anunciando-se como professor de estratégia, um dos discípulos de Sócrates, desejoso por ser um futuro general do exército, foi ter aulas com Dionísio e após seu retorno explicou à Sócrates o que havia aprendido: nada mais do que estratégias. Sócrates, então lhe disse que aquela era somente uma pequena parte da arte da guerra, e que para ser um bom general era necessário ainda conhecer outras coisas, como

> a arte de formar tropas, porque há uma grande diferença entre uma tropa em ordem e outra debandada. Pedras, tijolos e vigas lançadas desordenadamente nada representam mais que matérias (...) (MAGALHÃES, 2006. p. 67).

Outro famoso estudioso da história antiga foi o romano Vegécio, que viveu por volta do século IV, período da decadência do Império, quando as Invasões Bárbaras já eram um claro perigo para os romanos. Pouco se sabe sobre ele além disso, acredita-se que tenha sido um bom soldado e que sua obra *Epítome da Arte Militar* tenha sido

escrita à mando do imperador da época. Trata-se de um manual de preparação para um conflito armado, como organizar as legiões, como escolher os comandantes do exército e as armas para a batalha (Ibidem. p. 225).

Carl Von Clausewitz, também se debruçou sobre os ensinamentos de como realizar uma boa campanha militar, mas ele foi além ao tratar de uma possível teoria para a guerra. General prussiano nascido em 1780 e morto em 1831, viveu durante o período das grandes guerras napoleônicas, tendo entrado para o serviço militar em 1792, com apenas 12 anos de idade. Durante parte de sua vida dedicou-se ao estudo profundo do conflito armado entre Estados, contudo sua obra, ainda inacabada, somente foi publicada um ano após sua morte.

Durante sua obra, Clausewitz demonstra que a guerra é um "instrumento racional de política nacional". Ele procura entender o que é guerra e a define como "um duelo em uma escala mais vasta" e a exemplifica através de um duelo entre dois lutadores, onde "cada um tenta, por meio da força física, submeter o outro à sua vontade", dessa forma a violência física é o meio para se chegar ao fim, que é impor a nossa vontade ao inimigo (CLAUSEWITZ, 2010. p. 7).

O autor explicita que a "guerra é um ato de violência e não há nenhum limite para a manifestação dessa violência" e ainda que "para que o adversário se submeta à nossa vontade, é preciso colocá-lo numa situação mais desfavorável do que o sacrifício que lhe exigimos" (Ibidem. p. 10). Uma das frases mais famosas deste autor é a de que "a guerra é uma simples continuação da política por outros meios" (Ibidem. p. 27). Apesar de Clausewitz tratar da guerra entre Estados, estes princípios podem ser encaixados no conceito de guerra irregular, tema deste trabalho e que será explicado mais adiante.

Clausewitz será um dos autores que utilizarei durante todo o trabalho, em grande parte em razão de sua obra ser considerada um clássico no estudo do conflito armado, e em determinados momentos suas teorias corroboram os exemplos dados e nas estratégias que demonstraremos.

Diferentemente dos autores que já tratei aqui, John Locke, filósofo e ideólogo inglês, preocupava-se mais com a essência do homem e sua interação em sociedade, o que também abarcava temas relacionados à política realizada por este homem. No

Segundo Tratado Sobre o Governo, este autor discorre sobre o estado de guerra nesta sociedade.

Ele considera a guerra uma "condição de inimizade e destruição", uma vez que há uma "relação ponderada e fria" com relação à vida de outra pessoa. Para ele a guerra é a convivência dos homens segundo a razão de que não há autoridade superior comum a quem possa apelar, é então que se instala o estado de guerra, e quando ela é declarada e a ameaça surge, aquele que se sente ameaçado tem o direito natural de eliminar quem o ameaça, dessa forma ambas as partes correm o risco de perder a vida a qualquer momento (LOCKE, 2002. p. 23-24).

É importante notar que para Locke a ameaça e a deflagração da guerra surgem no mesmo momento, o que somente a possibilidade de não possuir possibilidade de apelação a um terceiro é que dá o direito de iniciar a guerra. No mundo atual existem várias possibilidades de evitar o conflito e todo um procedimento a seguir estabelecido pela Organização das Nações Unidas.

Doughrty e Pfaltzgraff, explicam que o conflito inicialmente surge como uma competição e que essa última somente se transforma em conflito quando "as partes procuram melhorar a sua posição em detrimento a dos competidores, ou sempre que procuram impedi-los de chegar às suas metas", ou ainda quando visam destruí-los completamente (DOUGHRTY E PFALTZGRAFF, 2003. p. 243).

Keneth Waltz é outro importante autor que estuda a guerra na sociedade. Pesquisador e professor emérito de Ciência Política da Universidade de Colúmbia, Waltz lançou seu livro *O homem, o estado e a guerra* em 1959, durante a guerra fria, dedicando-se à análise de três diferentes vertentes no estudo do conflito: a primeira delas, que ele chama de primeira imagem, defende a ideia de que a guerra é uma consequência da natureza humana, elas têm origem no "egoísmo, de impulsos agressivos mal canalizados, da estupidez", sendo as demais causas, secundárias (WALTZ, 2004. p. 32).

> Os homens são governados não pelos preceitos da pura razão, mas por suas paixões. Governados pela paixão, são levados ao conflito. Em vez de ajudar uns aos outros, seu comportamento é destruir uns aos outros. Cada homem procura ser o primeiro entre os homens e se orgulha mais do mal que fez ao outro do que do bem que ele fez a si mesmo (Ibidem. p. 32).

A segunda imagem apontada, por sua vez, acredita que apenas a análise psicológica do homem não seria suficiente para explicar as causas da guerra, seria recomendável buscar uma análise política, em especial a política interna dos Estados para melhor determina o caráter belicista de cada um deles. De forma concisa, os estudiosos desta vertente acreditam que "um mundo cheio de democracias seria um mundo para sempre em paz, mas os governos autocráticos são beligerantes", além disso, "as monarquias são pacíficas; as democracias são irresponsáveis e impulsivas [...] e fomentam a guerra", dessa forma "a chave não é a organização política, mas a econômica", de forma que o ideal seria que houvessem no mundo democracias de cunho socialistas, uma vez que as democracias capitalistas "promovem ativamente a guerra" (Ibidem. p. 150).

Os teóricos da terceira imagem apontados por Waltz acreditam que há uma constante possibilidade de guerra "num mundo em que há dois ou mais Estados buscando promover um determinado conjunto de interesses", contudo,

> Muitos liberais e revisionistas socialistas negam, ou ao menos minimizam a possibilidade de que ocorram guerras num mundo de democracias políticas ou sociais. Uma expectativa só se justifica se o interesse mínimo dos Estados por sua preservação vier a ser o interesse máximo de todos os Estados – e se cada um deles puder confiar plenamente na firma adesão a essa definição da parte de todos os outros (Ibidem. P. 211).

Georg Wilhelm Friedrich Hegel, filósofo alemão que viveu no século XVIII foi o criador do Idealismo Alemão, acreditava que a guerra, como fenômeno histórico, poderia contribuir para a unidade nacional. Suas idéias foram mal interpretadas e levou alguns historiadores a considera-lo "pai" de nazistas e comunistas (DOUGHRTY E PFALTZGRAFF, 2003. P. 266-267). Friedrich Nietzsche, assim como Hegel, também acreditava no "papel fundamental" desempenhado pela guerra quanto à "renovação das civilizações". De acordo com William Jones, em um dos pontos mais controversos de sua obra, Nietzsche afirma que a Europa Moderna, aquela na qual ele vivia, precisava, naquele momento, "não só de guerras, mas das maiores e mais terríveis guerras [...] para que não perca, por meio da cultura, a sua cultura e a própria existência" (JONES, 1926. Apud DOUGHRTY E PFALTZGRAFF, 2003. p. 267-268).

Como forma de encerrar as questões sobre os conflitos regulares, é importante citar o pensamento de Michael Walzer, que escreve em seu *Guerras Justas e Injustas* que

> Quando dizemos que a guerra é o inferno, o que temos em mente são as vítimas do conflito. Na realidade, a guerra é o oposto do inferno no sentido teológico, e é infernal somente quando a oposição é rigorosa. Pois no inferno, supõe-se, somente sofrem os indivíduos que merecem sofrer, que escolheram atividades para as quais o castigo é a reação divina adequada, com plena consciência desse fato. No entanto, de longe a maior parte dos que sofrem com a guerra não fez nenhum tipo de escolha comparável (WALZER, 2003. p. 49).

1.2 Teoria da Guerra Irregular

Para se estudar a Guerra Irregular, é preciso entender a tipologia do conflito ao qual ela se encaixa, a Guerra de Quarta Geração, estudada pela primeira vez em 1989 pelos coronéis americanos Lind, Nightengale, Sutton e Wilson e o capitão Schimitt, que dedicaram todo um artigo publicado pela Revista da Marinha dos Estados Unidos naquele ano. Segundo eles, a guerra de quarta geração tem o intuito de fazer o inimigo entrar em colapso internamente, de forma que seu psicológico também fique abalado, isso é possível através de ataque à população e à sua cultura, dessa forma desaparecem as diferenças entre civis e militares, e todos passam a ser vistos como alvos em potencial (LIND et al, 1989).

Thomas Hammes explica de maneira sucinta, a ideia destes militares americanos, de que podemos dividir as guerras em quatro gerações durante a história da humanidade

> A primeira geração da Guerra moderna foi dominada pela força de trabalho e culminou com as Guerras Napoleônicas. A segunda geração, a qual foi rapidamente adotada pelos maiores poderes mundiais, foi dominada pelo poder de fogo e culminou na I Guerra Mundial. Em um prazo relativamente curto, durante a II Guerra Mundial os alemães introduziram a terceira geração da guerra, caracterizada pela manobra. Aquele tipo de combate ainda é o foco das forças armadas dos EUA...[guerra de quarta geração] envolve formas de insurgência [que] usa todos os meios possíveis – políticos, econômicos, sociais, militares – para convencer o os tomadores de decisão do inimigo de que seus objetivos estratégicos são inalcançáveis ou muito custosos para os benefícios que possam ser adquiridos (Em tradução livre) (HAMMES, 2004. P. 40).

Greg Wilcox e G. I. Wilson, por sua vez, em obra escrita em 2004, acreditam que essa Quarta Geração se caracterizaria pela

> Perda do monopólio estatal sobre a guerra; uma mudança de enforque da vanguarda do exército inimigo para o interior da própria sociedade oponente; os elevados custos para um Estado antepor-se a uma ameaça de quarta geração; o emprego de forças de efetivos bem reduzidos e independentes [...], que atuarão com o máximo de iniciativa e liberdade de ação [...]. Mostrar-se-ão capazes [...] empregar "o poder de combate do inimigo contra ele próprio", privilegiando a manobra e priorizando os objetivos psicológicos em detrimento dos objetivos físicos (WILCONX E WILSON, 2004).

Os coronéis americanos, que foram os primeiros teóricos deste tipo de conflito, também acreditam ele não mais seria dominado por países do ocidente, e que poderia emergir da cultura e tradições islâmica ou asiática.

> O fato de que algumas das áreas não-ocidentais, tais como o Mundo Islâmico, não são fortes tecnologicamente pode leva-los a desenvolver a quarta geração através de ideologias ao invés de tecnologias (Em tradução livre) (LIND et al, 1989).

Esse pensamento é semelhante aquele apresentado por Samuel Huntington em sua obra Choque de Civilizações, que será tratada em outro momento deste capítulo.

Dentro desse conceito de Guerra de Quarta Geração, uma das formas mais importantes para se alcançar o objetivo é através da Guerra Irregular. Viscaro deixa claro que

> Guerra de quarta geração não significa, simplesmente, guerra irregular, tampouco, apenas, terrorismo. Porém, não resta dúvida de que mesmo dentro dessa teoria, a guerra irregular, por definição e prática, permanecerá como forma de conflito predominante (VISACRO, 2009. p, 40).

Sendo assim, toda guerra irregular é uma guerra de quarta geração, mas nem toda guerra de quarta geração é um conflito irregular.

Alvaro de Souza Pinheiro, em artigo escrito em 2007 traz a definição de Guerra Irregular adotada pelo governo americano, como sendo esta uma "luta violenta entre estados e grupos armados não estatais pela legitimidade e influência sobre uma população relevante" (PINHEIRO, 2007).

Alessandro Visacro, e um oficial da Força Aérea Brasileira graduado pela Academia das Agulhas Negras e um dos brasileiros que se dedica ao estudo deste tipo de conflito. Em seu livro *Guerra Irregular* afirma que essa "é uma das formas mais antigas de se combater e, desde meados do século passado, a mais usual" (VISACRO, 2009. P. 7). Os conceitos existentes sobre Guerra Irregular "apontam para uma nova forma de beligerância", que não deve ser tratada apenas no campo militar, ela destaca "a atuação de forças predominantemente nativas e fazem referência à guerra de guerrilhas [...], e ao terrorismo" (VISACRO, 2009. p. 223).

Samuel Huntington faz uma separação entre *forma de guerra* e *forma de condução da guerra:* A primeira seria a "violenta interação entre dois grupos civis armados", esses grupos definem a sua forma de atuação, seus objetivos e quais recursos utilizam para alcança-los; Por *forma de condução da guerra*, entende-se como

"variações da atividade militar", acompanhadas por "táticas militares particulares", este autor acredita que a guerra irregular é "nitidamente uma *forma de guerra* e não um *tipo de guerra"* (HUNTINGTON, 1963. Apud HEYDTE, 1990. p. 38).

Com relação à essa afirmação de Huntington, seguirei o mesmo pensamento de Friedrich August Von der Heydte, oficial da Força Aérea Alemã, que acredita que a guerra irregular moderna é tão complexa e que possui tantas facetas que é difícil encaixá-la em uma única definição, como feito por Huntington. Em alguns momentos ela pode ser uma *forma de condução da guerra*, enquanto em outros ela é uma forma especial de guerra, utilizado por pelo menos um dos lados, que emprega táticas como a de "exaurir o inimigo e desgastá-lo internamente", de forma que sua capacidade física e também psicológica fiquem ameaçadas e que o torne incapaz de lutar (HEYDTE, 1990). É importante deixar claro que este tipo de conflito sempre existiu como técnica de combate nas guerras chamadas regulares, isto é, aquela que ocorre entre Estados, neste caso ela se caracteriza como uma *forma de condução da guerra*.

Diferentemente do conflito entre Estados, na Guerra Irregular não respeita convenções, tornando, assim, mais difícil de delinear um conjunto de princípios teóricos. Contudo, essa ausência de legislação é justamente a sua característica mais importante, que "permite adequar-se e moldar-se a ambientes políticos, sociais e militares diferenciados" (VISACRO, 2009. p. 222).

Heydte esclarece que "leis e normas de guerra são orientados pela guerra 'grande', a guerra 'convencional'" (HEYDTE, 1990. p. 59).

> Portanto, se hoje, graças ao crescente poder da mídia e da opinião pública, os exércitos regulares são impelidos a se subordinarem incondicionalmente às normas legais da guerra, forças irregulares não se sujeitam a nenhum tipo de restrição jurídica e, ainda, exploram habilmente esse fato a seu favor, gozando de maior liberdade de ação e aproveitando as oportunidades de propaganda oferecidas pelas unidades regulares, quando estas violam a lei da guerra ou fazem uso desproporcional da força, vitimando civis inocentes (VISACRO, 2009. p. 270).

A falta de uma regulação faz com que a guerra irregular alcance seu objetivo principal: afetar psicologicamente o inimigo, como já foi dito por Heydte, essa é uma guerra das sombras, e por esse motivo o fator surpresa é de grande importância para o sucesso deste tipo de operação. O próprio Clausewitz já havia escrito que "para que o adversário se submeta à nossa vontade, é preciso coloca-lo numa situação mais desfavorável do que o sacrifício que lhe exigimos", além disso, "a pior das situações

para um beligerante é aquela em que este se encontra completamente desarmado" (CLAUSEWITZ, 2010. p. 89). Pode-se entender o termo "desarmado" não somente através do sentido bélico-militar, mas também pela falta de direção do exército inimigo, justamente a intenção das forças irregulares. Na maioria dos casos em que esse tipo de conflito ocorre, o exército inimigo possui armas poderosas e forças armadas bem treinadas, contudo não se pode saber de onde virá o ataque, o que reduz a efetividade de seu poderio bélico.

O fator psicológico também não deve ser menosprezado, uma vez que

> o desenvolvimento científico-tecnológico, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, incrementa, por meio de vários métodos, a transmissão das informações em tempo real, ao vivo, e em cores, para qualquer parte do mundo. (PINHEIRO, 2007).

É daí que surge a importância dos meios de comunicação de massa, tais como internet e televisão, uma vez que eles são as melhores e mais rápidas formas de espalhar o temor sob o alvo, que em muitos casos trata-se de uma população inteira, pelo fato de a Guerra Irregular se tratar também de uma Guerra de Quarta Geração, como já expliquei anteriormente.

Ainda com relação ao tema, Francisco Proença Garcia, em artigo publicado em 2009 acredita que em breve novos instrumentos tecnológicos disponíveis serão utilizados para "influenciar os 'corações e as mentes', o que incrementará ainda mais o papel da guerra psicológica" (GARCIA, 2009).

Para David Fromkin haverá um constante aumento na quantidade destes conflitos de baixa intensidade durante o século XXI e eles servirão para "pôr a prova e moderno sistema de Estados" e que neste século "a questão fundamental não será a luta de uma causa contra outra [...], mas será sim a ordem contra a anarquia" (FROMKIN, 1991; Apud DOUGHRTY E PFALTZGRAFF, 2003. p. 360).

> Esta ameaça de ingovernabilidade resultará numa crescente instabilidade que se fará sentir em estados de diversas regiões e nas estruturas internacionais de caráter econômico, político e de segurança. Logo, e à medida que estramos no século XXI, os conflitos de baixa intensidade pode ter um impacto fundamental no sistema internacional, nomeadamente ao nível da garantia da viabilidade do mesmo sistema (DOUGHRTY E PFALTZGRAFF, 2003. p. 360-361).

Podemos destacar a guerra irregular em dois tipos específicos de combate: a guerrilha e o terrorismo.

1.2.1 Guerrilha

Por guerrilha entende-se um tipo de guerra onde se utilizam diversos materiais disponíveis contra o inimigo, inclusive, e principalmente, o conhecimento que se tem do território onde a batalha é realizada e os pontos francos do adversário. Tem como grande aliado o fator-surpresa, a rapidez do ataque e a familiaridade com a população (VISACRO, 2009. p. 260-261).

> As guerrilhas exercem atualmente o poder que antes só era exercido pelos governos. Podem ser feitas por meia dúzia de homens e mulheres [...], agindo independentemente, ou apoiadas por um pequeno grupo. Diferem dos criminosos comuns apenas quanto aos objetivos, pois, enquanto estes últimos buscam proveitos materiais, aqueles agem por motivos políticos os mais variados [...] (CLUTTERBUCK, 1977. p. 15).

Carl Schimitt (1984) define guerrilha como uma forma de combate irregular porque sua estrutura armada não possui qualquer característica que identifique aquele indivíduo ou grupo de indivíduos como combatentes, tais como bandeira, uniforme, hierarquia e reconhecimento internacional. Essa falta de identificação é justamente o seu maior trunfo pois os seus ataques não são premeditados pelo inimigo (SCHIMITT, 1984. Apud, SAINT-PIERRE, 1999. p. 182).

A característica essencial da guerrilha é o ataque surpresa e a emboscada, forma de combate também utilizada na guerra convencional, apesar de inicialmente ter sido repudiada por vários oficiais das forças armadas. Somente um tipo de emboscada, utilizada na guerra irregular, não é aceita na guerra regular moderna: é aquela "preparada por trás de um disfarce político ou moral em vez de natural", entende-se que sejam aquelas em que os guerrilheiros se disfarçam de camponeses ou outros cidadãos inofensivos, assim quando o exército inimigo se aproxima acreditando que não há perigo naqueles cidadãos, eles são atacados (WALZER, 2003. p. 299-300).

Ao aprofundar seu estudo sobre o tema, Visacro afirma que esta é uma

> forma de guerra irregular que abrange as operações de combate e todas as atividades de apoio correlatas [...]. Fundamenta-se na surpresa, rapidez, ataque e pontos fracos, familiaridade com o terreno e, sobretudo, no apoio da população. Compreende, de um modo geral, as incursões e emboscadas, ações de propaganda armada, operações de inquietação, destruição e eliminação (VISACRO, 2009. p. 260-261).

As ações ofensivas guerrilheiras são de cunho mais extensivo do que o de outros conflitos irregulares, por esse motivo os erros na concepção do combate são muito mais danosos do que nos outros (Ibidem. p. 268).

O guerrilheiro se caracteriza pelo mínimo de apetrechos bélicos que carrega, o que lhe permite maior mobilidade do que as forças regulares. Ele deve ser capaz de conseguir provisões no próprio território da batalha, seja ele rural ou urbano, e deve estar preparado física e moralmente para tanto. É importante destacar que seu objetivo principal não é o de conseguir novos territórios, mas sim defender a sua terra dos inimigos invasores (SAINT-PIERRE, 1999. p. 191).

Um dos maiores líderes guerrilheiros que já existiu foi Ernesto "Che" Guevara, para quem a principal característica de uma guerrilha é a sua mobilidade, permitindo com que o guerrilheiro possa "estar em poucos minutos longe do teatro específico da ação e em poucas horas longe da região da mesma" ("CHE" GUEVARA, 1984. Apud SAINT-PIERRE, 1999. p. 191).

Von der Heydte explicita que na concepção dos próprios guerrilheiros, eles não são soldados e nem civis, eles possuem a um *status* especial, que não é "nem o do soldado cingido às convenções da guerra 'grande' nem o do combatente sem justificação", eles tão pouco são civis limitados "meramente a render-se às leis e tribunais do adversário". Da mesma forma, para o guerrilheiro não existem pessoas neutras, quem não está com ele, está automaticamente contra ele (HEYDTE, 1990. p. 103-104).

Para o guerrilheiro ele não é um "combatente solitário, oculto no meio do povo", e sim um membro leal que luta para o povo, pelo povo e por esse motivo "se quiserem lutar contra nós [...] vocês terão que lutar contra os civis". Para eles a guerra não ocorre entre exército ou governos, a guerra que seus adversários estão travando é contra uma nação, e por esse motivo serão seus adversários considerados bárbaros, pois para obter sucesso matarão os civis, incluindo as mulheres e as crianças (WALZER, 2003. p. 306).

> O guerrilheiro [...] parece emergir abruptamente por meio da trama fechada do tecido social, golpear onde mais dói o inimigo fardado com toda fúria e, antes que este possa articular uma defesa, desaparecer nas profundezas do campo de batalha. Antes que o inimigo regular consiga localizar o perigo, o combatente irregular já voltou a submergir e diluir-se mimeticamente na cotidianidade social.
>
> A profundidade do campo de combate é a própria do tecido social. Assim como o combatente irregular que atua no âmbito rural se mimetiza, pela camuflagem, com o meio em que se desenvolve a luta, na cidade, o guerrilheiro urbano assume as características típicas dos seus habitantes. Ele

> procurará não apresentar qualquer elemento que possa distingui-lo da população na qual se encontra e atua (SAINT-PIERRE, 1999. p. 195).

1.2.2 Terrorismo

O terrorismo não é um fenômeno recente na história da humanidade, ela nos remete ao "terror de Estado" instalado na França pelos jacobinos durante a Revolução Francesa. Fundador do anarquismo russo, Mikhail Bakunin, já preconizava, no final do século XIX, que o terror seria utilizada como ferramenta revolucionária. Um atentado terrorista foi o responsável pelo início da I Guerra Mundial, quando o arquiduque austríaco Francisco Ferdinando foi assassinado por um grupo bósnio (VISACRO, 2009. p. 279-280).

Existem várias definições de terrorismo, a CIA, por exemplo, o define como "a ameaça ou uso da violência, para fins políticos, por indivíduos ou grupos, com a intenção de chocar ou intimidar um grupo alvo mais vasto do que as vítimas imediatas" (Jenkins, 1986. p. 233). É uma forma de luta cujo âmbito de realização se dá ao nível psicológico, o objetivo visado nunca é a vítima em si, mas as "vítimas indiretas", que se identificarão com aquela primeira e que se sentem expostas e vulneráveis após o atentado (SAINT-PIERRE, 1999. p. 213).

Jerrold Post, por sua vez, afirma que

> o que distingue o terrorismo das outras formas de violência política é a diferenciação, a separação, entre o alvo da violência, isto é, a vítima inocente ou não combatente, e o alvo da influência, isto é, a população em geral ou a elite dos decisores (POST, 1990. p. 35).

A intenção principal de um ato terrorista é provocar uma atmosfera de insegurança e medo, frequentemente, o objetivo destas ações é "pressionar o governo visando a decidir no sentido exigido pelos terroristas", essas exigências podem ser a libertação de prisioneiros políticos, conceder independência e/ou autonomia a um território ou o fim de uma guerra, por exemplo (DOUGHRTY E PFALTZGRAFF, 2003. p. 495).

> Os terroristas parecem ter uma clara preferência por infligirem choque, dor e a morte de pessoas inocentes em locais públicos, aeroportos, edifícios governamentais, lojas, escolas [...]. A loucura calculada do terrorista consiste precisamente no fato de as vítimas terem pouco ou nada que ver com a causa e terem ainda menos capacidade de cumprir as exigências requeridas (Ibidem. p. 495).

Para Alex Schmid terrorismo é um método de ação violenta empregada por atores "semi-cladestinos, indivíduos, grupos ou Estados, por razões idiossincráticas, criminosas ou políticas" onde os alvos principais da violência são escolhidos aleatoriamente (alvos de oportunidade) ou seletivamente (alvos representativos ou simbólicos) (CRELINSTEN E SCHMID, 1993. p. 8-9).

No mundo atual, onde as notícias se espalham quase em tempo real, a mídia e a internet são ferramentas primordiais para que um ataque terrorista tenha as proporções desejadas por aqueles que o perpetraram. Isso fica claro no trecho da obra de Richard Cluterbuck, quando este autor afirma que

> pela televisão nós podemos identificar um refém cujo retrato vimos nos jornais e cujas famílias nos falam com aflição e desespero. É fácil imaginá-las como sendo nossas próprias famílias. Sentimo-nos até tentados a achar que o governo deveria conceder o que seja necessário para libertação dos reféns, deixando para mais tarde a solução de qualquer problema decorrente desses acordos (CLUTTERBUCK, 1977. p. 16).

O terrorismo possui como efeito principal a sensação de isolamento do cidadão em relação ao Estado, é o *desamparo aprendido*, isso ocorre através da indução do cidadão a não se sentir seguro sob a proteção do Estado, "sente que aquele Estado, com todas as duas estruturas repressivas e preventivas, é absolutamente impotente para protege-lo"(SAINT-PIERRE, 1999. p. 221).

Dessa forma, o uso do terror pode ser feito de outras formas, que não a violência: ameaças, ações de cunho político e a própria espionagem são exemplos de ações terroristas. No entanto, os grupos que praticam o terrorismo no conflito que estamos estudando utilizam de forma majoritária o terrorismo violento, através de atentados à bomba e ataques semelhantes, o que nos levará à focar muito mais neste tipo específico de atentado.

Este tipo de conflito não é utilizado somente em guerras irregulares, mas também nos conflitos regulares, como forma de "evitar o combate direto com o exército inimigo", esse é um tipo tão indireto de combate, que muitos soldados se recusam a considera-lo guerra (WALZER, 2003. p. 336).

De acordo com o Departamento de Estados dos Estados Unidos da América, o conceito de terrorismo é a "violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos

normalmente com a intenção de influenciar um público alvo" (WHITTAKER, 2005. p. 18.).

Raúl Martins aponta as diferenças entre ação terrorista, terrorismo, e grupo terrorista da seguinte forma:

> A primeira refere o acto que pode ser praticado, ou de forma sistemática, ou esporadicamente, por qualquer agente, político ou não, quando no uso da violência. A segunda refere‑se a uma forma particular de violência, que se objectiva na prática de "acções terroristas" com finalidade expressamente política. A terceira designa aquele grupo, alegadamente político, que elege a acção terrorista como forma única ou, no mínimo, largamente predominante, da sua prática da violência (MARTINS, 2010. p. 10).

Segundo Héctor Luis Saint-Pierre, o terrorismo é subdividido em vários tipos, dependendo da quantidade de pessoas que participam do atentado, podendo então ser *individual, grupal,* ou *estatal*, cujo autor é o próprio Estado. Também pode possuir caráter *Nacional,* "seja de Estado ou 'contra-Estado', este último também chamado de 'terrorismo revolucionário'"; *Internacional,* atuando em lutas de cunho político internacional; ou *Transnacional,* que possui capacidade de mobilizar recursos humanos e materiais "com grupos atuando em vários países alheios ao da sua população de origem" (SAINT-PIERRE, 1999. p.218-219).

Visacro, por sua vez, distingue os tipos de terrorismo de acordo com a seguinte classificação:

- terrorismo político-ideológico, tem caráter subversivo ou revolucionário e é dirigido contra o Estado, "por meio de assassinatos seletivos e ataque ao patrimônio público e propriedade privada";

- terrorismo político-ideológico, apesar de não poder ser considerado prerrogativa do mundo muçulmano. É motivado por fatores causais de ordem política[3];

- narcoterrorismo, forma de terrorismo financiada pelo tráfico de drogas e orientada pela manutenção ou expansão de seus lucros gerais;

- terrorismo autotélico, terror desprovido de sólida motivação política, religiosa ou ideológica, está associado em grande parte ao banditismo, a segregação racial, ao fanatismo de seitas radicais ou à disputa por poder local (VISACRO, 2009. p. 290-291).

[3] esse argumento é uma tipologia, mas existem outros grupos terroristas surgidos antes e depois da revolução iraniana, muitos que não estão ligados ao islamismo, como o IRA e o ETA.

De forma sucinta, Marcial Suarez (2007), formulou uma tabela demonstrando as diferenças existentes entre guerra convencional, guerrilha e terrorismo, através dela poderemos entender melhor as táticas da guerra regular e irregular:

Tabela 2: Características gerais da Guerra, Guerrilha e Terrorismo.

	Guerra Convencional	Guerrilha	Terrorismo
Tamanho das Unidades de Batalha	Grande (exércitos, milícia,divisão)	Médio (pelotões, companhias, batalhões)	Pequeno (normalmente menos de 10 pessoas)
Armas	Ampla variedade de ferramentas militares (força aérea, blindagem, artilharia, etc)	Na maior parte infantaria-armas do tipo leve mas as vezes partes de artilharia também	Armas de mão, granadas de mão, rifles de assalto, E armas especializadas, Ex: carros bomba, Bombas de pressão barométrica.
Taticas	Normalmente juntam operação envolvendo vários ramos militares	Tipos de commando táticos	Táticas especializadas; sequestros, assassinatos, carros bomba, raptos, barricadas, reféns, etc
Alvos	Em sua maioria unidades militares, industriais e de transporte e infraestrutura	Na maioria militar, polícia, E apoio administrativo, bem como oponentes políticos	Símbolos de Estados, oponentes políticos
Impacto pretendido	Destruição física	Principalmente atrito físico com o inimigo	Coersão psicológica
Controle de Terrorismo	Sim	Sim	Não
Uniforme	Usam uniformes	Normalmente usam uniformes	Não usam uniformes
Reconhecimento de áreas de guerra	Guerra limitada pelo reconhecimento geográfico das zonas	Conflito limitado pelo território do país em guerra	Não há reconhecimento de zonas de guerra, as operações ocorrem ao redor do globo
Legalidade Internacional	Sim, se conduzido por normas	Sim, se conduzido por normas	Não
Legalidade Doméstica	Sim	Não	Não

Fonte: Marcial Suarez (2007).

É importante destacar que, apesar de estar tratando aqui do conflito entre Israel e grupos palestinos, a guerra irregular acontece em várias outras regiões do mundo e já ocorreu em muitos outros momentos históricos, e neste caso não trato somente de ações terroristas e/ou guerrilheiras, mas do movimento irregular como um todo.

Sun Tzu, autor chinês que escreveu a obra *A Arte da Guerra* aproximadamente do século IV a.C. e em vários trechos ele trata de estratégias do conflito armado, e algumas dessas estratégias são de cunho irregular, apesar de em momento algum o autor dar-lhes esta titulação: "O local onde travaremos o confronto com o inimigo não deve ser por ele conhecido" (TZU, 2009. P.83). No entanto, um dos primeiros registros

históricos que se têm notícia de um movimento de resistência, que posteriormente tornou-se uma guerrilha, ocorreu 2500 anos atrás, quando um grupo de escravos liderado por Spartacus iniciou uma revolta contra o Império Romano (CLUTTERBUCK, 1977. p. 25).

Na história moderna também existem exemplos de guerra irregular, como os grupos existentes na Europa e identificados como terroristas: IRA – Exército Republicano Irlandês, e o ETA - Pátria Basca e Liberdade; ambos praticam ações de cunho irregular, o primeiro contra o governo britânico e o segundo contra os Estados espanhol e francês. Outra semelhança entre os grupos diz respeito as suas motivações, uma vez que ambos citam uma busca pela libertação dos Estados que, em sua visão, os oprime e os impede de iniciar uma pátria. Na atualidade esses grupos abandonaram a utilização de ações terroristas, em especial após o atentando ao World Trade Center, em 2001 (VISACRO, 2009. p.88-89).

Outro país que possui um grupo de cunho guerrilheiro dentro de suas fronteiras é a Colômbia, que tem sua população e governo vítimas de ataque das FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, surgida em 1964 e que inicialmente lutava contra os desmandos do governo local e à favor da população local, que vivia na pobreza. Atualmente as FARC vivem na plantação de folhas de coca e do dinheiro obtido através dos resgates pagos por famílias colombianas que têm seus parentes sequestrados pelo grupo, caracterizando assim as FARC como narcoguerrilheiros ou narcoterroristas (SANTANA, 2009).

É importante esclarecer que a guerra irregular também é perpetrada por Estados, e não somente por grupos irregulares. As crucificações ocorridas nos tempos de Jesus, por exemplo, são um exemplo de terrorismo estatal perpetrado pelo governo romano: “a morte por crucificação era um castigo aplicado a estrangeiros e não-cidadãos do Império Romano” (BLAINEY, 2012. p. 35). Durante a Revolução Francesa o terrorismo estatal também foi usado de forma extensa contra os inimigos do Estado, em especial quando o país foi governado pelos Jacobinos (1792-1794), período caracterizado por Edmundo Burke como “Regime do Terror” devido a grande quantidade de assassinatos e dela ocorridas (BURKE, 1982). Vários governos da América Latina também utilizaram de táticas terroristas durante seus períodos de ditadura militar, tais como a Argentina, o Brasil, o Chile e o Paraguai (LUISI, 2008).

Em sua, pode se entender essa guerra irregular perpetrada pelo Estado como um ato caracterizado

> Pelo emprego ilegítimo da força coercitiva, aplicada por agências estatais de segurança, com o propósito de neutralizar ou erradicar a oposição política interna e assegurar a preservação do regime vigente (VISACRO, 2009. p.287).

JIHAD

Existem várias formas de interpretação para *Jihad*, cada muçulmano a encara de uma forma diferente, segundo o *Concil on American-Islamic Relations* (CAIR), em declaração realizada em 1994 para o jornal *The Boston Globe*, "Jihad é um conceito islâmico abrangente que inclui luta para melhorar a qualidade de vida em uma sociedade, luta no campo de batalho em autodefesa, ou luta contra a tirania e opressão". No entanto, no mesmo artigo, o jornal explicitou a concepção do *Muslim Students Association* (MSA), que a definia como um conflito armado:

> Enquanto sonhamos com jihad, alguns o negam. Outros procuram explicá-lo. Todavia, outros o desaprovam e escondem suas próprias fraquezas e relutância quanto a isto [*jihad*]. Aqui damos uma breve olhada, no diário de um Mujahid, que teve seu sonho realizado no campo de batalha (BOSTON GLOBE, 1994. Apud TOSTES, 2002.).

Em linguagem islâmica, a *Jihad* designa a luta contra o infiel, nos termos do direito islâmico isso significa "combater até terminar a intriga, e prevalecer totalmente a religião de Deus. Ou lutar contra quem se recuse a abraçar o Islã", isto é "Não te submetas aos incrédulos, luta contra eles pela força ou por meio do Alcorão" (BALTA, 2010. p. 26). Segundo o Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos, existe quatro formas de realizá-la: resguardando-se dos maus sentimentos; praticando boas ações; propagando a fé islâmica e combatendo os infiéis (KEPEL, 2003. p. 05).

> The usage and employment of the word "jihad" depends on the identity, as well as the political and social agenda, of those who hold a monopoly on the term´s meaning at any one. Today, the militants are controlling the meaning. By designating, in the Muslim context, all efforts to propagate Islam as "Jihad", in their eyes word comes to signify a holy war against "infidels" who they stigmatize as such (KEPEL, 2006. p. X).

Hilmi M. Zawati demonstra que a *Jihad* é uma forma excepcional de guerra justa e defensiva, ela se destina a manter a paz e a proteger os direitos humanos, independente de raça, sexo ou crença (ZAWATI, 2001).

Youssef Cherem, explica que o conceito de *Jihad* está agora passando por uma fase mais universalista que abarca:

> a consolidação, expansão e defesa da fé e de sua comunidade, agregando, por fim, conceitos políticos advindos do contato com o ocidente: jihad como luta anticolonial e/ou nacionalista e, finalmente, como guerrilha, terrorismo, luta moral, modo de vida e disciplina espiritual (CHEREM, 2009).

Segundo texto de Silas Tostes, escrito em 2002, esta Jihad mais agressiva refere-se à utilização de luta armada pela causa de Alá. Esta última interpretação de *Jihad* é difundida pelos *wahhabitas*, sauditas ligados à Irmandade Muçulmana e foi ela que se sobressaiu com relação às demais (KEPEL, 2003. p. 38).

É importante destacar que há vários tipos de *Jihad*, e, por conseguinte, várias interpretações do mesmo conceito. Seguindo *Suratas* e outros ensinamentos do alcorão, Silas Tostes (2002) divide em sete os tipos de *Jihad*, são eles:

1- Esforço dos não-muçulmanos;

2- Esforço reconhecendo o Criador e O amando sobre tudo;

3- Esforço resistindo a pressão de pais, amigos e da sociedade;

4- Esforço para permanecer no caminho islâmico e para divulgar o Islã;

5- Esforço para praticar ações justas;

6- *Jihad* como santidade pessoas;

7- *Jihad* defensivo.

É neste último tipo de *Jihad* que a violência pode ser utilizada, mas somente para defender o Islã de um ataque externo:

> Segundo os muçulmanos que concebem jihad defensivamente, o termo é utilizado para guerra, somente em situações que Mohammad participou de batalhas, após ter sido agredido. Do contrário, jihad só foi praticado pela pregação e divulgação do Islã (TOSTES, 2002).

Cherem (2009), por sua vez explicita que a *Jihad* é uma concepção de guerra, mas não a guerra em si, mesmo se ela for feita para engrandecer o nome de Deus, e o indivíduo deve empenhar-se nela caso seja para seu próprio bem, ou para o bem do coletivo.

> Devemos notar que o sentido espiritual não nega o sentido material, sendo o "jihad da espada" *jihad al-sayf*) muitas vezes um complemento ou uma extensão do "jihad da alma" (*jihad al-nafs*) (CHEREM, 2002).

Podemos perceber, então que a *Jihad* não é um tema novo para a religião muçulmana, e que o mesmo já existe desde os tempos de Maomé, sendo uma temática antiga, por qual motivo, então, ela é intitulada "fenômeno contemporâneo" no título deste trabalho? Desde o início do século XX a *Jihad* vem trazendo uma nova roupagem, em especial no período pós-guerra fria, e é essa nova roupagem que importa para esta dissertação, e é ela que se busca relacionar com a guerra irregular.

No capítulo anterior já foi explicado sobre as origens do fundamentalismo islâmico, em especial com a fundação da Comunidade dos Irmãos Muçulmanos e com alguns outros pensadores, como Sayyid Qutb. Ao buscar um retorno ás raízes do islamismo também se falava em uma *Jihad*, e não somente a *Jihad* espiritual, mas também a *Jihad* da espada, isto é, aquela de características violentas, ambas já explicadas aqui. O próprio Qutb, ao sentir que a sociedade da época encontrava-se "perdida" em valores não-religiosos convoca uma *Jihad*, "não contra os pagãos, mas contra um governo que é muçulmano mas não é islâmico", isto é, que não concentra suas forças na religiosidade, e sim na política pura (DEMANT, 2004. p.212).

Apesar do fim dos Irmãos Muçulmanos e de grupos semelhantes existentes na época, muitos outros se formaram no esteio do pensamento fundamentalista, estes grupos existem até hoje e são eles que pregam a *Jihad* violenta que costumamos relacionar com a guerra irregular existente no Oriente Médio e em vários outros locais do mundo. Esses grupos são também conhecidos como grupos terroristas islâmicos e sua quantidade e variedade são muito grande, alguns dos mais conhecidos internacionalmente, pela violência nos ataques são: Al-Qaeda, *Jihad* Islâmica, Hamas, Hezbollah, Brigada dos Mártires de Al-Aqsa, Al-Fatah (Ibidem, p. 255).

É de suma importância deixar frisar: a grande maioria da população palestina é contra o conflito irregular e acredita na conciliação como a melhor forma de pôr fim ao conflito. A própria OLP (Organização para a Libertação da Palestina), que já foi considerada um grupo terrorista, abandonou a luta armada e defende a diplomacia como única forma de se chegar a uma solução para a questão palestina.

Peter Demant (2004) explica esses grupos, provenientes do que ele intitula de "terceira onda fundamentalista" surgida a partir de 1980, possuem sete características específicas: (1) islamização da política; (2) islamização da sociedade civil; (3) islamização da cultura; (4) construção de um islã internacional; (5) luta fundamentalista

aberta e militar em frentes que vão além das do Oriente Médio; (6) islamização das diásporas muçulmanas; e (7) guerra internacional contra os infiéis.

Para estes grupos, alcançar seus objetivos significa infringir uma *Jihad*, pois através da força e da violência será possível livrar o mundo dos infiéis e dos inimigos da religião muçulmana e a forma de realizar isto seria através de ataques de cunho irregular: os infiéis não são somente o exército de um país, são todos os seus cidadãos, portanto nenhum merece ser poupado. Outra hipótese para a não utilização do conflito regular (através de exércitos e armamentos militares) poderia ser a falta de aparato bélico-militar destes grupos que possa fazer frente a de um Estado, no entanto isto é algo que pode ser melhor analisado em outro trabalho, uma vez que não possuo dados relacionados ao preparo militar desses grupos.

Com relação, especificamente ao conflito Israel-Palestina, é possível afirmar que, como parte da lógica *jihadista* e fundamentalista destes grupos, Israel representaria os interesses e a cultura ocidental na região, que além de ser berço da civilização islâmica, também abriga lugares sagrados para seus seguidores, e por isso deve ser destruído, assim como seus cidadãos, que seriam infiéis.

É possível, então, perceber as semelhanças existentes entre os conceitos de Guerra Irregular e de *Jihad*, e quais suas diferenças com relação á chamada Guerra Regular ou Guerra Convencional. Apesar de acreditar na compreensão dos leitores na distinção destes temas, creio ser importante realizar um pequeno apanhado de algumas características que NÃO podem ser encontradas na Guerra Irregular:

1- Luta entre exércitos regulares, isto é, embate entre forças armadas de dois (ou mais) países;
2- Conflito entre dois ou mais Estados, entendendo Estado como um grupo de pessoas que possui um único governo e um território delimitado e aceito pelos órgãos internacionais e pelos demais países;
3- Guerra em que os civis NÃO são os alvos principais das ações militares, mas acabam sofrendo de forma secundária, devido a bloqueios impostos ao seu país, e à tensão geral existente em um conflito armado;

Ao final deste capítulo fica claro que o objetivo de traçar a diferenciação entre guerra irregular e guerra regular foi alcançado, além de ter sido analisado o fenômeno

da *Jihad* e o motivo de o mesmo ser intitulado de “contemporâneo” durante este trabalho.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DE CASOS

Já tendo conhecimento da historicidade do conflito tratado nesta dissertação e das teorias envolvidas na sua compreensão, é possível realizar a análise dos eventos ocorridos no espaço temporal proposto: o período que se estende de 2000 até 2010. A razão para essa delimitação foi à chegada de um novo milênio e a esperança de uma redução nos conflitos internacionais.

A pesquisa será estendida até o ano de 2010, pois dessa forma será possível também observar o conflito Israel-Palestina pós-11 de Setembro, o primeiro grande marco do século XXI, que culminaram com as guerras do Iraque e do Afeganistão, perpetradas pelos Estados Unidos.

Ao final deste capítulo serão apontados alguns dos eventos de cunho *jihadista* ocorridos no Oriente Médio que possui ligação com o conflito estudado, e será possível, através da análise dos mesmos, afirmar, ou não, se os mesmos realmente possuem características de conflitos irregulares.

O mundo no século XXI

O final do século XX foi marcado pelo fim da Guerra Fria e da União Soviética, que ocasionou um aumento na quantidade de conflitos regionais de cunho étnico-religiosos. Contudo, da mesma forma que estes conflitos iniciaram, eles tiveram um fim ainda na década de 1990. Muitos deles possuíram como fator primordial o desmantelamento da URSS, que reaqueceram disputas territoriais do início daquele século (CALVOCORESSI, 2009. p. 15).

Muitos autores tentaram realizar estudos mostrando o que poderíamos esperar da política no novo milênio que se aproximava. Apesar de a expectativa mundial ser por uma paz duradoura entre as nações, alguns teóricos viam o século XXI como um período de novas disputas. Um dos autores que melhor exemplificam esta visão mais pessimista do século XXI é Samuel Huntington (Ibidem, p. 16).

Para Huntington, a nova ordem mundial seria “multipolar e multicivilizacional”, dividindo o mundo em sete ou oito grandes civilizações: ocidental, africana, islâmica, sínica, hindu, ortodoxa, latino-americana, budista e japonesa. O autor explica que “no

mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais". Dessa forma, o novo século seria marcado por conflitos intra-civilizacionais, apesar de os Estados continuarem sendo os atores mais importantes do cenário internacional (HUNTINGTON, 1996. p.20).

Francis Fukuyama, encara o século XX com extremo pessimismo, e o faz, em parte, devido "à crueldade com que essas expectativas [de paz] foram destruídas". O que o autor chama de "fim da história" é a chegada ao seu "destino teleológico", a um modelo societário que representaria o estágio final da humanidade, m suma, a democracia liberal, única alternativa política após o fracasso da URSS e do socialismo. Caso realmente haja uma universalização do liberalismo e da democracia pelos Estados, é possível que haja um menor incentivo às guerras no século XXI (FUKUYAMA,1992. p. 30.).

Ignácio Ramonet, por sua vez, aponta justamente o neoliberalismo como grande responsável pela "anarquia" mundial que presenciamos:

> Do ponto de vista geopolítico, o mundo apresenta o aspecto de um grande caos: por um lado, a multiplicação de uniões econômicas regionais, por outro renascimento de nacionalismo, ascensão de fundamentalismo, Estados divididos [...] Neste final de século, a maioria dos conflitos são internos, intraestatais. Além disso, redes internacionais de caráter mafioso e o crime organizado constituem novas ameaças porque controlam toda espécie de circuitos clandestinos (prostituição, contrabando, tráfico de drogas, venda de armas, disseminação nuclear) (RAMONET, 2007. p. 29-44).

O autor Alain Minc também enxerga a nova ordem mundial de forma caótica, porém ele vê uma positividade nessa situação, seria uma oportunidade para se reconstruir o mundo sob novas bases: "inventar novos conceitos, reavaliar o papel do Estado, tentar reajustas os jogos complexos que estruturam as relações internacionais". No entanto, Minc vê o tribalismo como um lado obscuro na desordem global. Semelhante a Huntington, o autor crê que essa nova ordem permitiria a multiplicação de exclusões e criminalidade, alimentando ideologias que cultuam a "pureza e apego ao passado conservador" (MINC, 1994. p. 86-87).

Através destas análises, é possível observar que os autores possuem visões e expectativas diferentes sobre o futuro da política externa no século XXI. Todos estes trabalhos foram escritos durante os anos 1990, e hoje já é possível realizar novas teorias a partir dos acontecimentos dos últimos anos.

O primeiro grande marco do novo milênio foi o atentado terrorista às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York no dia 11 de setembro de 2001. Este ato desencadeou uma série de atitudes por parte do governo americano, tais como guerras no Oriente Médio e aumento na segurança nacional. Um segundo ato terrorista, ocorrido em 2004 em Madri, fortaleceu parte da opinião mundial à apoiar a "cruzada contra o terror", termo utilizado pelo governo dos EUA para nomear sua luta contra grupos fundamentalistas islâmicos (SANT´ANNA, 2005. p. 19).

Ainda com relação à segurança internacional, alguns países tentaram viabilizar a construção de bombas atômicas em seus territórios, tais como o Irã e a Coréia do Norte, o primeiro dominado pela política dos aiatolás; e o segundo, um dos poucos Estados socialistas remanescentes da guerra fria, política e economicamente fechado (DIAS, 2010. p. 100).

ESTUDO DE CASO

Vários são os exemplos que posso citar de eventos ocorridos no pós-guerra fria que se encaixariam no conceito de Guerra Irregular aqui defendido e que são considerados atos *jihadistas*, contudo focarei em alguns deles devido à sua repercussão internacional relacionado a vários fatores, tais como o número de mortos e a violência do ataque.

Antes de dar início à exposição de exemplos, é importante realizar um rápido apanhado dos anos 2000-2010 no âmbito do conflito que nos propusemos a estudar. Logo no início da década, em 2000, teve início a Segunda Intifada palestina, revolta popular contra a presença israelense na região do Oriente Médio, que desencadeou uma série de ataques e atentados à israelenses, perdurando até 2006. Portanto, o período que compreende a Segunda Intifada foi de bastante violência entre israelenses e palestinos, em especial o ano de 2002, considerado o ano com maior quantidade de atentados com homens-bomba dessa primeira metade da década (SMITH, 2006. p.59).

Em 2006 o grupo fundamentalista Hamas ganha as eleições palestinas e passa a dominar a região da Faixa de Gaza, que faz fronteira com Israel e o Egito, aumentando os embates entre os povos na região, que se mantêm instável até os dias atuais.

Figura 2: Faixa de Gaza

FONTE: Google Earth

Infelizmente não pude obter qualquer informação acerca da quantidade de poder bélico e militar dos grupos considerados terroristas e que atuam na região. No entanto podemos citar as informações que possuímos do exército Israelense e da Autoridade Palestina.

Como já foi explicado anteriormente, no início de sua existência a Autoridade Palestina era considerada uma organização terrorista que lutava contra a presença israelense no Oriente Médio. Com o passar o tempo a Organização deixou de utilizar a guerra irregular (ataques terroristas e movimentos guerrilheiros) contra Israel e passou a lançar mão da diplomacia, dos acordos internacionais e das organizações de cunho mundial para obter sucesso em sua empreitada à favor do povo palestino.

Utilizando a tabela existente no primeiro capítulo deste trabalho, com relação ao poder bélico-militar do exército israelense, e adicionando à essa as informações que possuímos quanto à Autoridade Palestina, será possível observar que Israel possui uma quantidade bastante superior de armamentos e homens.

Tabela 3: Comparativo do poder bélico-militar de Israel e Autoridade Palestina

	Estado de Israel	**Autoridade Palestina**
Soldados	168.000 [1]	14.500+1.000 [2]
Peças de artilharia de campanha	1.230	_____
Tanques	3.090	_____
Blindados de transporte de tropas	7.700	Alguns [3]
Aviões de combate	399	1 [4]
Helicópteros de ataque	95	5
Mísseis balísticos	199	_____
Lançadores de foguetes pesados	212	_____

[1] 125.000 do exército, 35.000 da força aérea e 8.000 da marinha.
[2] Todos de cunho paramilitar, incluindo-se no total de 14.500 a polícia, a inteligência, a alfândega e a segurança presidencial. Os 1.000 soldados restante são uma média de homens existentes nos seguintes grupos terroristas e guerrilheiros: Hamas, Jihad Islâmica e Brigada de Al-Aqsa.
[3] Quantidade não especificada.
[4] Não é avião de combate.
(FONTE: SMITH, 2006. p. 60)

Pode-se supor que, se a Autoridade Palestina, órgão que representa o povo palestino nacional e internacionalmente, possui uma quantidade tão ínfima de armamentos e homens, quando comparado à Israel, os grupos guerrilheiros e terroristas que atuam na região possuem ainda menos poder bélico-militar. Contudo essa não é uma afirmação que possa ser comprovada, uma vez que não sabemos como ou por quem esses grupos são financiados, podendo o seu real poder ser superior ao da Autoridade Palestina.

Através dos dados apresentados, a análise que se pode fazer é que o conflito irregular é uma das únicas saídas viáveis para estes grupos *jihadistas* perpetrarem uma guerra contra Israel, uma vez que enfrenta-lo de forma direta significaria um massacre de sua força militar. Isso também evidencia que o tipo de conflito existente na região é de cunho assimétrico, pois são forças com diferentes potenciais militares e bélicos.

Apesar desta característica assimétrica, ela não pode ser considerada o único motivo pelo qual os *jihadistas* utilizam a guerra irregular, uma vez que a mesma também é usada por Estados, inclusive de grupos judaicos e do próprio Estado de Israel. Durante o período da II Guerra Mundial, quando o governo britânico retirou o apoio à criação de Israel, os judeus começaram a formar milícias com o intuito de lutar contra

os oponentes palestinos, uma delas foi a Irgun Zvai Leumi (Organização Militar Nacional), responsável por um atentado à bomba ao hotel King David em Jerusalém em 1946, que causou a morte de 91 pessoas; ou a Operação Chumbo Fundido, realizada por Israel na Faixa de Gaza em 2009 e um grande exemplo de uma ação irregular de cunho estatal, onde Israel atacou a Faixa de Gaza em áreas reconhecidamente residenciais e pacíficas, atingindo escolas e hospitais de forma deliberada (FRIEDE, 2010).

Novamente é importante frisar: a grande maioria dos palestinos é à favor de uma saída pacífica para o conflito existente com Israel, no entanto existem alguns grupos que acreditam no conflito armado como única opção para os palestinos. Não é minha intenção aqui realizar qualquer juízo de valor com relação à essa parte da população que acredita na força das armas e muito menos acuar os *jihadistas* de incitarem a violência, estou somente demonstrando, de forma científica-analítica qual a atual situação do conflito e quais os pontos de vista de seus envolvidos.

Intifada – 2000

Palavra árabe que significa “levante”, é caracterizada por uma série de protestos e ataques a Israel por parte da população Palestina contra a ocupação judaica nas regiões da Faixa de Gaza e da Cisjordânia (GRINBERG, 2004. In: SILVA, 2004. p. 480-481). A primeira Intifada ocorreu em 1987 e a segunda em 2000, ambos os ataques tiveram as mesmas características: os civis palestinos atiraram pedras e pedaços de madeira contra os civis e militares israelenses que ocupavam regiões palestinas (SMITH, 2006. p. 59).

Não se tem um acordo entre os estudiosos sobre o que motivou a Segunda Intifada, em setembro de 2000: uma das opiniões é que o estopim para o início do conflito foi a presença de Ariel Sharon, primeiro ministro israelense, na Cúpula da Rocha, local sagrado para os muçulmanos, que viram esta atitude como uma provocação intencional do governo de Israel. Outra ideia defendida é de que o presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, teria decidido que o novo Estado da Palestina deveria ser alcançado através de “sangue e fogo”, e incentivou a população a iniciar os protestos e ataques (PRESSMAN, 2003).

A Segunda Intifada perdurou por anos, e apesar de ter perdido força após a morte de Yasser Arafat em 2004, a mesma manteve-se até meados de 2006 com os seguintes números

Ao realizar uma análise do cenário pré-intifada é possível perceber a divisão existente entre os representantes palestinos: de um lado a Autoridade Palestina, representada por Yasser Arafat; do outro a organização Fatah. Até aquele momento, os muçulmanos acreditavam que a ameaça do uso da força aumentaria o poder de barganha palestino em uma possível negociação futura.

> The active participation of Fatah as an organized force acting with relative autonomy was perhaps the single most important factor in transforming the initial clashes into a sustained rebellion (RABBANI, 2001. In: CAREY, 2001. p.73-89).

É sabido que a Segunda Intifada perdurou por anos, e que durante sua existência vários atentados terroristas foram perpetrados, mas somente me refiro aqui ao início do conflito, ainda em 2000.

Atentado à hotel em Netania – março/2002

No dia 19 de março de 2002, um homem-bomba palestino entrou no lobby do Hotel Park da cidade de Netania, no litoral norte de Israel, e detonou os explosivos que carregava. O ataque ocorreu no início do feriado judaico da Páscoa, e por esse motivo o local encontrava-se lotado de famílias que iniciavam as comemorações no popular resort israelense (BBC BRASIL, 27/03/2002).

O grupo Brigadas de Ezzedin al Qasssam, braço armado do Hamas, reivindicou a autoria do ataque, que matou 19 israelenses e deixou outros 172 feridos. Este foi considerado um dos atentados mais sangrentos já perpetrados por grupos extremistas à Israel e é possível que tenha sido perpetrado como retaliação à reunião da Cúpula da Liga Árabe ocorrida em Beirute, no Líbano, naquele mesmo período, uma vez que um dos tópicos tratados pelos países seria a solução de pacífica do conflito entre Israel e Palestina (DIÁRIO DO GRANDE ABC; 27/03/2002).

O governo israelense, que havia aceitado uma proposta de trégua feita pelos Estados Unidos, responsabilizou Yasser Arafat, líder da Autoridade Nacional Palestina (ANP) e afirmou que o mesmo não combateria o terrorismo proveniente desses grupos armados; a ANP, por sua vez, condenou o ataque, mas apontou Israel como responsável indireto pelos ataques ocorridos naquele país, pois seriam as ações israelenses na palestina que os alimentam (ESTADÃO; 27/03/2002).

O atentado foi condenado por vários países ao redor do mundo, entre ele o Brasil, que enviou nota declarando o seu repúdio a

> tal ato, materializado no momento da celebração da Páscoa Judaica e do exame do plano saudita de paz na Reunião de Cúpula da Liga dos Estados Árabes em Beirute, o governo brasileiro reafirma sua convicção de que ações de violência apenas servem para agravas a situação no Oriente Médio, com o acúmulo de hostilidade e intolerância (Nota n° 149 do Ministério das Relações Exteriores. 28/03/2002).

Invasão palestina na Faixa de Gaza – junho/2006

No dia 25 de junho de 2006 alguns membros do Hamas e de alguns outros grupos de caráter semelhante utilizaram um túnel para invadir o território israelense na Faixa de Gaza (FOLHA ONLINE, 30/06/2006). O túnel, de cerca de 300 metros, foi cavado sob a cerca que separa os dois territórios e o ataque ocorreu próximo ao posto militar de cruzamento de Kerem Shalom. O grupo armado atacou um tanque israelense antes de amanhecer e cerca de quatro pessoas morreram, entre judeus e muçulmanos (BBC BRASIL, 26/06/2006).

Durante o ataque surpresa o soldado judeu Gilad Shalit foi sequestrado pelos palestinos, que pretendiam trocá-lo por 150 mulheres e 350 menores que se encontram nas prisões de Israel (BBC BRASIL, 26/06/2006).

Ataque à bases militares de Israel – junho-setembro/2007

Desde junho de 2006, a Faixa de Gaza é controlada pelo Hamas, grupo que ganhou as eleições parlamentares palestinas daquele ano, e desde essa data a região vive um bloqueio imposto por Israel e o abastecimento da área é feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) (BBC BRASIL, 31/05/2010).

Ainda em junho, quatro homens, membros do grupo Jihad Islâmica, atacaram uma posição do exército israelense em região situada entre a Faixa e Gaza e Israel. O grupo disfarçou-se de membros de uma emissora de televisão e ao se aproximarem de um ponto onde se localizavam os militares, iniciaram uma série de disparos (ESTADÃO, 11/09/2007).

Dia 11 de setembro, pouco depois de a dominação do Hamas ter sido iniciada um foguete foi disparado de Gaza em direção à uma base militar em Israel e deixou 69 soldados feridos. O governo judeu prometeu retaliações caso ataque como esse

voltassem a acontecer, ameaça cumprida no ano seguinte, 2008, dando início a um período de violência intensa entre o Estado israelense e o grupo Hamas (ESTADÃO, 11/09/2007).

Atentado à civis israelenses na Cisjordânia – Agosto/2010

No dia 31 de agosto de 2010, dois casais de colonos israelenses de Beit Hagai foram mortos em uma estrada utilizada tanto por israelenses quanto por palestinos, o carro em que as famílias viajavam foi metralhado por um homem muçulmano, segundo testemunhas. Uma das mulheres estava grávida (GAZETA DO POVO, 01/09/2010).

O atentado ocorreu um dia antes dos inícios das negociações de paz entre o Primeiro Ministro israelense Binyamin Netanyahu e a ANP, em Washington. O braço armado do grupo Hamas assumiu a autoria do ataque e informou que essa seria uma retaliação ás propostas de paz que podem vir a surgir no encontro nos Estados Unidos, uma vez que o grupo não acredita em paz sem guerra (THE WASHINGTON POST, 08/09/2010).

É possível depreender das notícias expostas aqui que existem, sim grandes semelhanças entre o conceito de Guerra Irregular e o fenômeno *jihadista* contemporâneo, tanto no âmbito teórico-conceitual quanto nos exemplos de ações postas em prática pelos movimentos islâmicos fundamentalistas.

Talvez o único exemplo citado aqui que não teve relação direta com grupos islâmicos foi a Segunda Intifada, caracterizada como uma luta de cunho popular, que posteriormente passou a tomar proporções maiores e a ser apoiada por fundamentalistas que a utilizavam como pretexto para perpetrar atentados à alvos civis e militares israelenses. É interessante perceber, no entanto, que neste período inicial da Intifada, quando os grupos *jihadistas* ainda não faziam parte do cenário, a mesma pode ser considerada Guerra Irregular, mas não abrange nenhuma das duas vertentes que estamos tratando neste trabalho: terrorismo e guerrilha, e sim outro conceito, como o de guerra civil ou luta revolucionária.

Conceituarei abaixo, mais uma vez, Guerra Irregular, terrorismo e guerrilha, para lembrar os mesmos e para evitar que os referidos conceitos confundam o leitor.

- Guerra Irregular: Conflito existente entre um grupo armado e um Estado, ou entre grupos armados, a decisão é encontrada e buscada "através de um número muito grande de pequenas operações individuais, roubos, atos de terrorismo e sabotagem, bombardeios e incursões" (HEYDTE, 1990. p.37).

- Terrorismo: Tipo de conflito irregular que pode ser definido como "el asalto sistemático y deliberado de los civiles para inspirar temor con fines políticos" (MACLACHLAN, 1997. p.4).

- Guerrilha: Outro tipo de guerra irregular que utilizam pequena quantidade de combatentes e "fundamentam-se na surpresa, rapidez, ataque a pontos fracos, familiaridade com o terreno" (VISACRO, 2009. p. 261).

Importante notar também que este momento inicial da Intifada se caracteriza como Guerra Assimétrica, devido à diferença de poder bélico existente entre o Estado de Israel e o povo palestino. Tanto a questão da conceptualização deste conflito em guerra assimétrica ou em outro tipo de guerra irregular, não está presente no escopo deste trabalho, no entanto creio ser importante uma futura análise sobre o tema e os conceitos aqui explicitados.

Com exceção deste caso, todos os demais citados aqui são exemplos de atos típicos da guerra irregular, especificamente de guerrilha e terrorismo. Todos eles possuem uma característica em comum: a ação de grupos armados contra um Estado com o intuito de causar medo através de ataques surpresas a territórios conhecidos, e em certos casos, com grande número de pessoas, exemplos de atos terroristas que buscaram criar pânico entre a população e o medo de não saber como é seu agressor ou onde ele atacará, e sempre buscando atingir a maior quantidade possível de vítimas.

Com relação aos conflitos de cunho militar, tais como invasão da Faixa de Gaza e ataques a bases militares, podem haver controvérsias quanto a adequação, ou não, do conceito de guerra irregular neste contexto. Alguns leitores, ao final deste trabalho, podem acreditar que o termo Guerra Irregular não se aplicaria a estes casos, pois alguns estudiosos podem achar que para que esse conceito se caracterize, é necessário que haja ataques a civis, uma vez que diferentemente da guerra regular, este tipo de conflito não respeita as normas internacionais, e por isso, ações perpetrados por grupos militares palestinos contra militares israelenses não se configurariam como conflito irregular.

Todavia, meu ponto de vista é que muito mais do que questões entre civis e militares, existe também o fator Estado x grupo armado, que é tão importante quanto à ideia de que os civis estão, obrigatoriamente, envolvidos em conflitos irregulares. Além disso, encaixar estes grupos *jihadist*a em um conceito militarista é algo complexo, uma vez que sabemos que muitos dos membros destes grupos tiveram acesso a treinamentos militares, mas dar-lhes o título de "militares" é algo que precisa ser cuidadosamente analisado e estudado, afim de entender que tipo de conceito estaríamos usando para "grupos militares".

É importante citar que dois dos exemplos apontados neste capítulo possuem muito mais uma vertente guerrilheira do que terrorista (apesar de já ter sido explicitado que a primeira normalmente está acompanhada da segunda), é o caso da invasão palestina à Faixa de Gaza, através de um túnel cavado sobre a cerca de defesa israelense; e o ataque a uma posição do exército israelense, também na Faixa de Gaza, onde os palestinos utilizaram disfarces de membros de uma rede de televisão.

Creio que a relação entre guerra irregular e *jihad*, que pretendi mostrar neste trabalho está explícita não apenas ao tratarmos da questão teórica de ambos os temas, mas também ao analisarmos os exemplos citados do conflito que nos propomos a estudar. Nem a Guerra Irregular e nem a *Jihad* são fenômenos recentes, contudo o estudo de ambas ainda é muito novo para as ciências sociais, e mais especificamente à ciência política, especialmente a *Jihad*, vista, até pouco tempo, como matéria a ser estudada pela antropologia e/ou sociologia; enquanto que a guerra irregular era voltada, em grande parte, a estudos da caserna.

A relação entre grupos *jihadistas* e guerra irregular também pode ser vista na imprensa, que em muitos momentos chama aqueles de grupos terroristas, uma vez que utilizam abertamente este tipo de ataque para alcançar seus objetivos políticos e/ou religiosos. Como já foi frisado a guerra irregular e *jihad* não ocorrem somente nesta região, contudo foi a que escolhi para melhor exemplificar o trabalho.

CONCLUSÃO

O tema que abordei neste trabalho diz respeito à respeito à relação existente entre a teoria da Guerra Irregular e sua relação com o movimento *jihadista* existente no conflito Israel-Palestina. A *Jihad,* é um fenômeno mais antigo, que data do século VII d. C., período em que nasceu a religião islâmica e que pode ser interpretado de diferentes formas, sendo uma delas a do conflito armado contra um inimigo da religião.

Para explicar a guerra irregular, por sua vez, foi necessário também entender conceitos da Guerra Regular e da Guerra Assimétrica, todos esses conceitos e teorias (inclusive o da Guerra Irregular) são relativamente novos dentro dos estudos dos conflitos armados e podem ser datados do final dos anos 80, período marcado pelo fim da Guerra Fria e do início de uma nova Ordem Mundial.

O objetivo principal do trabalho foi realizar um estudo teórico e analítico acerca dos conceitos de *Jihad* e Guerra Irregular afim de entender como ambos se relacionam no conflito existente entre grupos armados palestinos e o Estado de Israel. A importância deste objetivo está relacionado com o atual cenário internacional em voga desde o ataque ao World Trade Center, é a partir deste marco temporal que a Jihad, a guerra irregular e o Oriente Médio passam a fazer parte da agenda das Organizações internacionais e dos Estados.

Contudo, apesar da importância do tema para a política internacional, poucos são os autores civis que tratam desses temas, e até o momento não sei de qualquer trabalho acadêmico que realize a relação teórica que foi desenvolvida por mim nesta dissertação, frisando novamente o caráter inédito deste trabalho.

Essa dificuldade em encontrar trabalhos de cunho acadêmico foi um dos primeiros obstáculos que encontrei com relação à feitura desta dissertação. Como, poucos são os estudiosos que se debruçam sobre esse tema, as informações a que tive acesso me pareceram repetitivas, e todas sempre citavam os mesmos autores: Clutterbuck, Heydte e Clausewitz (este último era citado ao tratar de guerra regular).

Contudo, muita da literatura utilizada que trata da guerra irregular não a reconhece como tal, em parte pelas obras não serem contemporâneas a essa nomenclatura, como Heydte, ou simplesmente por não utilizá-la, como Walzer. Grande

parte da bibliografia foi retirada de artigos, dissertações, monografias, teses e artigos, e me surpreendeu a escassa quantidade de livros que se dedicam a este tema.

Para iniciar o trabalho, ainda na introdução, uma pequena abordagem acerca das relações internacionais foi realizada, pois foi necessário iniciar o leitor nessa disciplina que muito tem haver com o tema tratado durante toda a dissertação.

Em termos gerais é comum o primeiro capítulo tratar-se da teoria que guiará o trabalho, contudo essa inversão foi realizada de forma proposital. Como já foi citado anteriormente, tanto o Oriente Médio, a guerra irregular e a *Jihad* são temas recorrentes não só na Academia, mas especialmente na mídia, e uma explicação sobre o conflito estudado antes da teoria, creio, foi importante para desligar o leitor de qualquer juízo de valor que ele possa ter com relação ao tema Israel-Palestina.

Entre os objetivos específicos, além de realizar uma análise e relação entre Guerra Irregular e Jihad, e de análise do conflito Israel-Palestina no período de 2000 a 2010, estava também o de apontar exemplos de ações terroristas e guerrilheiras perpetradas por grupos *jihadistas* na área e no período propostos, sendo possível, desta forma, observar como se encaixam empiricamente as teorias e análises realizadas.

A hipótese defendida é a de que há uma semelhança entre esses dois conceitos (Guerra Irregular e Jihad) e de que a mesma surge no momento em que esses grupos *Jihadistas* utilizam táticas de guerra irregular para atacar os civis, e obter sucesso em seus objetivos.

Ao final do trabalho foi possível perceber que existe, sim, uma relação entre Guerra Irregular e J*ihad*, contudo essa relação somente é visível ao analisarmos os atos *jihadistas* modernos, e não a *Jihad* surgida nos tempos de Maomé. Os grupos *jihadistas* existentes atualmente escolheram este tipo de guerra devido as suas características favoráveis a tais grupos: necessidade de poucas pessoas; utilização de armas leves e de fabricação caseira; ataques que possuem um grande apelo midiático; extermínio de civis, o que causa comoção na população e pressão no governo.

Outra hipótese surgida durante o trabalho foi a de que estes grupos agem através deste tipo de conflito devido a sua inferioridade bélica-militar com relação ao Estado de Israel, o que também caracterizaria um conflito assimétrico. Contudo esta hipótese não

pôde ser confirmada ou refutada, pois não tive acesso a qualquer dado concreto acerca do poderio destas forças irregulares.

O objetivo deste trabalho não foi entender as razões pelas quais ocorre a relação entre *Jihad* e Guerra Irregular, mas somente demonstrar sua existência e apontar suas semelhanças, no entanto acredito que uma pesquisa futura abordando esta questão seja importante, assim como uma pesquisa sobre o potencial bélico-militar destes grupos irregulares. A importância de ambas seria a mesma que a deste trabalho: através de uma análise mais abrangente acerca desta relação entre Jihad e Guerra Irregular, poderia ser possível alcançar uma futura paz neste conflito que possui tantas nunaces, e evitar que outros, semelhantes, ocorram.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João Marques de Almeida. **O Pan Islamismo Radical e a Ordem Internacional Liberal.** Revista Nação Defesa; N. 100 - 2ª série. P 107-120. 2001.

AMORIM, Alexandre Santos de. **A globalização do radicalismo islâmico: um estudo de caso da Al-Qaeda sob a luz do Choque de Civilizações**. 2008. 121f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ATENTADO á bomba deixa 19 mortos e 172 feridos em Israel. **Diário do Grande ABC**. 27 de março de 2002. Disponível em: http://www.dgabc.com.br/News/90000271371/atentado-a-bomba-deixa-19-mortos-e-172-feridos-em-israel.aspx?ref=history. Acesso: 14 de janeiro de 2013.

ATENTADO em hotel mata pelo menos quinze em Israel. **BBC Brasil**. 27 de março de 2002. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020327_israelep.shtml. Acesso: 15 de janeiro de 2013.

ATENTADO terrorista ocorrido ontem, dia 27 de março em Netanya. Nota n° 249 do Ministério das Relações Exteriores. 28 de marco de 2002. Disponivel em: http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2002/03/28/atentado-terrorista-ocorrido-ontem-dia-27-de-marco. Acesso: 18 de fevereiro de 2013.

ARANTES. José Tadeu**. O maior perigo do Islã: Não conhecê-lo.** São Paulo. 2005.

AVNEY, Uri. **Uma guerra Fratricida Entre Semitas**. 1984. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n8_9_p71.pdf. Acesso: 16 de Outubro de 2012.

BALTA. Paul. **Islã**. Porto Alegre. 2010.

BARD, Mitchell. **Mitos e Fatos: a verdade sobre o conflito árabe-israelense**. São Paulo. 2004.

BLAINEY. Geoffrey. **Uma Breve História do Cristianismo.** São Paulo. 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTUECCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Brasília. 1995.

BOFF, Leonardo. **Fundamentalismo: A Globalização e o Futuro da Humanidade**. Rio de Janeiro. 2002.

BOSTON GLOBE. 24 de maio de 1994. Apud TOSTES, Silas. **Jihad e o Reino de Deus.** 2002. Disponível em: http://instituto.antropos.com.br/downloads/Jihad.pdf. Acesso: 13 de outubro de 2011.

BUCKWALTER, David. T. **The 1973 Arab-Israeli War**. Revista Case Studies in Polícy Making. Estados Unidos, n. 11, p. 7-28, 2008.

BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília. 1982.

CALVOCORESSI. Peter. **Política Mundial a partir de 1945**. Porto Alegre. 2009.

CAMARGO, Cláudio. Guerras Árabes-Israelenses. In: MAGNÓLI. Demétrio (Org.). **História das Guerras**. São Paulo. 2002. p. 425-451.

CARLAN, Claudio Umpierre. **Guerra Irregular**. Disponível em: http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/25766/17206. Acesso: 22 de fevereiro de 2013.

CATTAN. Henry. **A Palestina e o Direito Internacional**. São Paulo.

"CHE" GUEVARA, Ernesto. Obras Completas. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis**. A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo. 1999.

CHEMERIS, Henry Guenis Santos. **Os principais motivos que geraram os conflitos entre israelenses e árabes na Palestina (1897-1948).** 2002. Disponível em: http://www.pucrs.br/ffch/neroi/mono_revista.pdf. Acesso: 15 de novembro de 2011.

CRELINSTEN, Ronald D.; SCHMID, Alex P. "Western Responses to Terrorism: A Twenty Five Year Balance Sheet". In: **Western Responses To Terrorism**, 1993.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo. 2010

CLUTTERBUCK, Richard. **Guerrilheiros e Terroristas**. Rio de Janeiro/RJ. 1977.

DEMANT. Peter. **O Mundo Muçulmano.** São Paulo. 2004.

DOUGHERTY, James E; PFALTZGRAFF JR, Robert L. **Relações Internacionais – As teorias em Confronto**. Lisboa – Portugal. 2003.

DUPUY, Trevor N. **Elusive Victory: The Arab-Israeli Wars, 1947–1974** Revista Harper and Row, n. 343. Nova York. 1978.

EAGLETON, Clyde. International Government. Nova York. 1948. In: WRIGHT, Quincy. **A story of war**. Vol II. 2006.

ENTENDA a nova onda de violência no Oriente Médio. **Folha On line**. 30 de junho de 2006. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u97474.shtml. Acesso: 15 de fevereiro de 2013.

ENTENDA como funciona o bloqueio a Faixa de Gaza. **BBC Brasil**. 31 de maio de 2010. Disponível em? http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/05/100531_entendabloqueiogaza_ji.shtml. Acesso: 20 de fevereiro de 2013.

FRIEDE, Reis. Guerra Assimétrica Reversa. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/his/v29n2/v29n2a09.pdf. Acesso: 20 de janeiro de 2013.

FRIEDMAN, T.L. **O Lexus e a Oliveira: entendendo a globalização**. Rio de Janeiro. 1999.

FROMKIN, David. The coming Millenium: World Politics in the Twenty-First Century. World Policy Journal. P. 4. 1991. In: DOUGHERTY, James E; PFALTZGRAFF JR,

Robert L. **Relações Internacionais – As teorias em Confronto**. Lisboa – Portugal. 2003.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro. 1992.

GARCIA, Francisco Proença. 2009. **O fenômeno da guerra no nosso século**. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000200008&script=sci_arttext. Acesso: 18 de outubro de 2011.

GASPAR, Carlos. Teoria das Relações Internacionais. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n21/n21a17.pdf. Acesso : 24 de fevereiro de 2013.

GENNARI, Emilio**. Questão Palestina**. 2003. Disponível em: http://xa.yimg.com/kq/groups/22896116/1345340880/name/Quest%C3%A3o%20Palestina.pdf. Acesso: 05 de setembro de 2012.

GOLDBLATT, David; HELD, David; MCGREW, Anthony. PERRATON, Jonathan. **Transformaciones Globales: Política, economia y cultura**. Cidade do México. 2002.

GOMES, Rejane. **A questão da Palestina e a Fundação de Israel.** São Paulo, 2001. 142fl Mimeografadas (Dissertação em Ciência Política na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo, 2001).

GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, 2002.

GRAU, Larissa. **O Fundamentalismo Religioso e a "Bomba Inteligente".** 2007. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/grau-larissa-fundamentalismo-religioso.pdf. Acesso: 22 de novembro de 2012.

GRINBERG, Keila. Intifada. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Org.). **Enciclopédia das Guerras e Revoluções do século XX: As grandes transformações do mundo contemporâneo**. São Paulo. 2004.

GRUPO faz exigências para dar informações sobre soldado de Israel. **BBC Brasil**. 26 de junho de 2006. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2006/06/060626_soldadoisraelml.shtml. Acesso: 15 de fevereiro de 2013.

GUNNEWEG. Antonius H. J. **História de Israel: Dos primórdio até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias.** São Paulo. 2005

GURR, Ted Robert. **People Against States: Ethnopolitical Conflict and the Changing World System**. 1994. In: HUNTINGTON, Samuel P. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro. 1996.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. UFRGS. Porto Alegre. 2007.

HAMAS mata 4 israelenses e ameaça cúpula de paz. **Gazeta do povo**. 01 de setembro de 2010. Disponivel em: http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=1042049&tit=Hamas-mata-4-israelenses-e-ameaca-cupula-de-paz. Acesso: 21 de fevereiro de 2013.

HAMMES, Thomas X. **The Sling and the stone: On war in the 21st century**. Mineapolis/MN. 2004.

HEYDTE, Friedrich August Von Der. **A Guerra Irregular Moderna: Em política de Defesa e como Fenômeno Militar.** Rio de Janeiro. 1990.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos - o breve século XX: 1914-1991**. São Paul. 2011.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial.** Rio de Janeiro. 1996.

_____ O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Apud HEYDTE, Friedrich August Von Der. **A Guerra Irregular Moderna: Em política de Defesa e como Fenômeno Militar.** Rio de Janeiro. 1990.

JENKINS, Michael, "Future Trends in International Terrorism". In: **National Security Management – International Issues and Perspectives**, coligido e com introdução de Eston P. White, National Defense University Washington D.C., 1986, pp. 255 a 263.

JIHAD Islâmica assume autoria de foguete que feriu 69 em Israel. **Estadão**. 11 de setembro de 2007. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,jihad-islamica-assume-autoria-de-foguete-que-feriu-69-em-israel,49809,0.htm. Acesso: 20 de fevereiro de 2013.

JONES, William. The Moral Equivalent of War. 1926. Apud DOUGHERTY, James E; PFALTZGRAFF JR, Robert L. **Relações Internacionais – As teorias em Confronto**. Lisboa – Portugal. 2003.

KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua**. Porto Alegre. 2008.

KATZENSTEIN, Peter et all. **The Culture of National Security**. Nova York, 1996.

KEPEL, Gilles. **Jihad – Expansão e Declínio do Islamismo**. Rio de Janeiro. 2003.

_____ **Jihad: the trail of political Islam**. London, UK. 2006.

KIRK, George E. **História do Médio Oriente: Desde a Ascensão do Islã até a Época contemporânea**. Rio de Janeiro. 1967.

KISSINGER, Henry A. **Diplomacy.** Nova York. 1994.

LIND, William S.; NIGHTENGALE, Keith.; SCHIMITT, John F.; SUTTON, Joseph W.; WILSON, Gary I. **The Change Face of war: Into the Fourth Generation War**. Revista Marine Corps Gazette. n 73, v 10, p 22-26. 1989.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo – Ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil**. São Paulo. 2002.

LUISI, Mariana. **Os Discursos do Terrorismo Estatal e a (in)eficácia dos meios de controle da criminalidade**. 2008. 34 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2008.

MACLACHLAN, Colin. **Manual del terrorismo internacional: uma guia completa de los principales grupos em todo el mundo incluyendo América Latina, el Médio Oriente, Ásia y Europa.** Tijuana, 1997.

MAGALHÃES, J.B. **Estudo Histórico sobre a Guerra Antiga**. Rio de Janeiro. 2006.

MARINHO, Henrique Jorge Medeiros. **O Estudo das Relações Internacionais – Teoria e Realidade**. São Paulo, 2008.

MARTINS, Raúl François Carneiro. **Acerca de "Terrorismo" e "Terrorismos".** Lisboa/Portugal. 2010.

MASSOULIÉ, François. **Os Conflitos do Oriente Médio**. São Paulo. 1994.

MINC, Alain. **A Nova Idade Média**. São Paulo. 1994.

NAEGELI, Lúcia Maria de Baêre. OLP (Organização para a Libertação da Palestina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Org.). **Enciclopédia das Guerras e Revoluções do século XX: As grandes transformações do mundo contemporâneo**. São Paulo. 2004.

NASR, S.V.R. **The Vanguard of the Islamic Revolution. The Jama´at-I ismlami of Pakistan.** Londres. 1994

NETO, Luis Salgado. **Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado.** Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS. V. 3, n. 6, p. 122-147. 2010.

NYE, Joseph. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo. 2002.

OREN, Michael B. **Seis dias de guerra: junho de 1967 e a formação do moderno Oriente Médio**. Rio de Janeiro, 2004.

ORTIZ, Eduardo. **El estudio de las relaciones internacionales.** Santiago do Chile, 2004.

PARENTE, Josênio. **Fundamentalismo: Teologia na Nova Ordem Internacional**. Revista Tensões Mundiais, Fortaleza: UFC, v.1, n.1, p 71-123, 2005.

PILATI, Anselmo; PIRES, Ariel José. **O conflito Palestino-Israelense e o Oriente Médio.** 2008. Dispoível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/710-4.pdf. Acesso: 11 de agosto de 2012.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Clausewitz e a pol[itica – uma leitura de *Da Guerra.*** 2005. 122 fl. Tese (Doutorado em Ciência Politica) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

PINKSY, Jaime. **Origens do nacionalismo judaico**. São Paulo. 1978.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. **O conflito de quarta geração e a evolução da guerra irregular**. 2007. Disponível em:

http://www.eceme.ensino.eb.br/portal...varo_ago07.pdf. Acesso: 05 de novembro de 2011.

POST, Jerrold M., Terrorist psychologic: Terrorist behaviour as a product of psychological forces, In: LAQUEUER, Walter. **Origins of Terrorism – Psychologies, Ideologies, Theologies, States of Mind,** coligido por Walter Reich. 1990.

PRESSEMAN, Jeremy. **The Second Intifada: Background and Causes of the Israeli-Palestinian Conflict.** 2003. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fjournals.hil.unb.ca%2Findex.php%2FJCS%2Farticle%2Fdownload%2F220%2F448&ei=EzU_UaqINJK49gTArYCgDQ&usg=AFQjCNHqGcP2eZ5xn4P22ZHRUWaTY68iOA&sig2=wjYV2Hv28hg91yC5sFmqnA&bvm=bv.43287494,d.eWU. Acesso: 24 de Fevereiro de 2013.

QUTB, Sayyd. **Milestones**. Beirute. 1980. Disponível em: http://www.nmschool.org/tthornton/sayyid_qutb.htm. Acesso: 25 de setembro de 2012.

RABBANI, Mouin. A Smorgasbord of failure: Oslo and the Al-Aqsa Intifada. In: CAREY, Roane (org.). **The New Intifada: Resisting Israel´s Apartheid**. Nova York. 2001.

RAMONET, Ignacio. **O quinto poder**, In: CPCD. SP. p.29-44, 2007.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. **Relações Internacionais: Teorias e Agendas**. São Paulo, 2002.

RODINSON, Maxime. Israel, facto colonial? 1968. In: MODERNES, Les Temps. **Dossier do Conflito Israelo-Árabe**. Portugal. 1968.

SAND. Shlomo. **A Invenção do Povo Judeu**. São Paulo. 2011.

SANTANA, Bruna Brasil. **A Questão da Segurança e da Soberania Nacional na "Cabeça do Cachorro": as FARC e a atuação do exército brasileiro na região**. 2009. 79 fl. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade da Amazônia (UNAMA), Ananindeua, 2009.

SANT´ANNA, Ivan. **Plano de Ataque: a história dos vôos de 11 de setembro**. Rio de Janeiro. 2005.

SAINT-PIERRE, Abbé de. **Projeto para tornar a Paz Perpétua na Europa**. Brasília. 2003.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo. 1999.

SCHEINDLIN, Raymond. P. **História Ilustrada do Povo Judeu**. São Paulo. 2008.

SCHIMITT, Carl. El Concepto de lo "político". – Teoria del Partisano. Buenos Aires. 1984. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo. 1999.

SHLAIM, Avi. **A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe**. Rio de Janeiro. 2004.

SILVA, Carlos Eduardo M. Viegas da. **A Transformação da guerra na passagem para o século XXI. Um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz**. 2003. 158 fl. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Paulo, 2003.

SLAERCIO, Márcio. Oriente Médio – uma análise reveladora de dois povos condenados a conviver. Rio de Janeiro, 2003. Apud SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. Guerra dos Seis Dias. 2004. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org.). **Enciclopédia das Guerras e Revoluções do século XX: As grandes transformações do mundo contemporâneo**. São Paulo. 2004.

SMITH, Dan. **O Atlas do Oriente Médio: O Mapeamento Completo de todos os Conflitos**. São Paulo. 2006

SOBE para 19 o número de mortos em atentado na páscoa judaica. **Estadão**. 27 de março de 2002. Disponível em: http://www.estadao.com.br/arquivo/mundo/2002/not20020327p45074.htm. Acesso: 14 de janeiro de 2013.

SOURDEL, Dominique. **História do povo Àrabe**. Rio de Janeiro. 2011.

SPOHR, Eduardo. **O conflito árabe-israelense: ideologia, nacionalismo e cidadania no Oriente Médio.** 2002. Disponível em: http://filosofianerd.com.br/pdf/conflito_arabe_israelense.pdf. Acesso: 17 de outubro de 2011.

SUAREZ, Marcial A Garcia. **Dos terrorismo(s) no século XXI: sobre a formação de um discurso de poder**. Trabalho apresentado no I simpósio em relações internacionais do programa de pós graduação em relações internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). 2007. Disponível em: http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/suarez.pdf. Acesso: 05 de fevereiro de 2012.

THE Shadow of Hamas. **The Washington Post**. 8 de setembro de 2010. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/09/07/AR2010090705977.html. Acesso: 20 de fevereiro de 2013.

TOSTES, Silas. Jihad e o Reino de Deus. 2002. Disponível em: http://instituto.antropos.com.br/downloads/Jihad.pdf. Acesso: 13 de outubro de 2011.

TZU, Sun. **A arte da Guerra**. São Paulo/SP. 2009.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo. 2009.

WALTZ, Kenneth N. **O homem o estado e a guerra – uma análise teórica**. São Paulo. 2004.

WALZER, Michael. **Guerras Justas e Injustas: Uma argumentação moral com exemplos históricos**. São Paulo. 2003.

WHITTAKER, David J. **Terrorismo: um Retrato**. Rio de Janeiro. 2005.

WILCOX, Greg; WILSON, G.I. **Resposta militar à quarta geração de guerra no Afeganistão**. Military Review, 1st Quarter 2004, edição brasileira.

ZAWATI, Hilmi M. **Is Jihad a Just War? War, Peace and Human Rights under Islamic and Public International Law**. Lewiston, NI. 2001.